



GESTÃO E SUSTENTABILIDADE 2025



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DA AGRICULTURA
E PECUÁRIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO

Jorginho dos Santos Mello

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Marilisa Boehm

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA

Admir Edi Dalla Cort

PRESIDENTE

Celles Regina de Matos

DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Vanessa Souza Adami do Espírito Santo

DIRETORA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Débora Reis Trindade de Andrade

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO

Camila Bolfe

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Bernard Borchardt

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

Departamento Estadual de Planejamento e Inovação

Chefia de Gabinete

Controle Interno e Ouvidoria

Auditoria Interna

Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia

Departamento Estadual de Gestão de Pessoas

Departamento Estadual de Operações Comerciais

Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira

Departamento Estadual de Gestão Patrimonial

Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal

Departamento Estadual de Inspeção de Produtos Origem Animal

Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal

Departamento Estadual de Educação Sanitária

Assessoria de Comunicação

INFORMAÇÕES

Departamento Estadual de Planejamento e Inovação

E-mail: depla@cidasc.sc.gov.br **Telefone:** (48) 3665-7027

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi **Florianópolis - SC**

00. Dados gerais	05
Competências Institucionais	08
Organograma	09
Principais Resultados	10
Atividades Finalísticas executadas pela Cidasc	14
01. Gestão Estratégica	21
Identidade Institucional	21
Objetivos Estratégicos	23
Partes Interessadas	23
Principais Parceiros	25
Principais Processos Finalísticos	26
Principais Processos de Apoio	42
02. Gestão Orçamentária da Unidade Gestora	43
Programas do Plano Plurianual - Exercício 2025	43
Despesa por Programa - Exercício 2025	44
Recursos Aplicados por Grupo de Natureza de Despesa - Execução 2022 a 2025	45
Avaliação dos Programas - Execução 2025	46
Contingenciamento de Despesas - Exercício 2025	48
Razões para Contingenciamento	51
Efeitos provocados	51
03. Acompanhamento Físico Financeiro	52
Execução Física e Financeira do Plano Plurianual em 2025	52
Objetos de execução atividades Executadas em 2025	52
04. Gestão de Pessoas e Terceirização de mão de obra	53
Composição do Quadro de Servidores Ativos 2025	53
Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal	55
Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	55
Quadro de Pessoal da Unidade Gestora - Mensal - Valores	56
Quadro de Pessoal da Unidade Gestora - Mensal - Quantidade	57
Demonstrativo de Postos de Trabalho na Unidade Gestora por Meio de Contratos de Terceirização de Serviço	58
Demonstrativo de Política de Igualdade entre Homens e Mulheres	60
Evolução Comparativa Cargos de Gestão 2024/2025	61
Remuneração Anual Paga a Membros de Diretoria, Conselho de Administração, Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Unidade Gestora	63

SUMÁRIO

05. Gestão do Patrimônio Infraestrutura	65
Bens Móveis	66
Bens Imóveis	67
06. Gestão da Tecnologia da Informação	68
Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	68
Deget - Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia	68
Dados - Comparativos entre 2019 e 2025 de uso do sistema	70
07. Termo de parceria	71
Termo de Mútua Colaboração em Ciência, Tecnologia e Inovação N.º 002/2025	71
08. Licitação e contratos	73
Valores Anuais de Licitações e Contratos por Modalidade	73
Órgão de Imprensa Oficial	74
09. Conformidade e Gestão de riscos	75
10. Controle Interno	79
Recomendações Expedidas em 2025 ou em anos anteriores pendentes de conclusão	80
11. Ouvidoria	81
12. Auditoria Interna	84
13. Governança Socioambiental (ESG)	86
14. Assessoria de Comunicação	87
15. Rol de Responsáveis no ano de 2025	89
Conselho de Administração	91
Conselho Fiscal	95

SUMÁRIO



Dados Gerais

Identificação	A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sape), com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.
CNPJ	83.807.586/0001-28
Endereço:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - 88034-001 - Florianópolis - SC
Telefone:	(48) 3665-7000
Site:	www.cidasc.sc.gov.br
Ato de Criação:	Lei n.º 5.516 de 28 de fevereiro de 1979, que dá nova redação à Lei n.º 5.089 de 30 de abril de 1975.
Estatuto	Aprovado em 11/12/2023 pelo Conselho de Administração da Cidasc. Aprovado em AGE realizada em 11/12/2023, conforme registro na Jucesc de 11/06/2024, data dos efeitos 04/01/2024.
Regimento Geral / Interno	Aprovado pelo Conselho de Administração da Cidasc em 13 de novembro de 2024, pelo Grupo Gestor de Governo - GGG por meio da Resolução GGG n.º 40/2025 e publicado no D.O.E em 04/11/2025.



HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda a sexta-feira
08h às 12h e 13h30 às 17h30

CANAIS DE ATENDIMENTO

Telefone: (48) 3665-7000

Disque denúncia: 0800 643 93 00 (Animal)
0800 644 65 10 (Vegetal)

E-mail: gabin@cidas.sc.gov.br

Ouvidoria: ouvidoria@cidas.sc.gov.br

SITE:

www.cidas.sc.gov.br

FACEBOOK

www.facebook.com/cidascoficial/

YOUTUBE

www.youtube.com/@cidascoficial

SOUNDCLOUD

soundcloud.com/cidas

INSTAGRAM

www.instagram.com/cidascoficial/



Sede

Florianópolis abriga a Sede da Cidasc, que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, classificação de produtos de origem vegetal, política de pessoal, gestão financeira e as atividades relacionadas à formulação de políticas sanitária animal e vegetal no Estado. Esse trabalho é realizado por meio de quatro diretorias, que dão suporte à presidência da empresa.

Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - 88034-001 - Florianópolis – SC

Departamentos Regionais

Estão distribuídos estrategicamente pelo Estado 19 Departamentos Regionais que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das Unidades Veterinárias Locais (UVL) na sua região de abrangência. Informe-se do endereço e telefone do departamento e sua região de abrangência no site abaixo.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/estrutura-organizacional/>

Escritório Municipais

A Cidasc atende os 295 municípios de SC (direta ou indiretamente) por meio de Escritórios Locais de Atendimento e Unidades Veterinárias Locais (UVLs).

<http://www.cidasc.sc.gov.br/estrutura-organizacional/>

Postos Fixos de Fiscalização

A Cidasc dispõe também de 53 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e na fronteira com a Argentina.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/estrutura-organizacional/>



COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Compete à Cidasc, segundo a **Lei Complementar n.º 381, 07 de maio de 2007**, alterada **pela Lei Complementar n.º 534/2011 e Lei Complementar 741/2019**:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual (SIE), por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela Cidasc;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

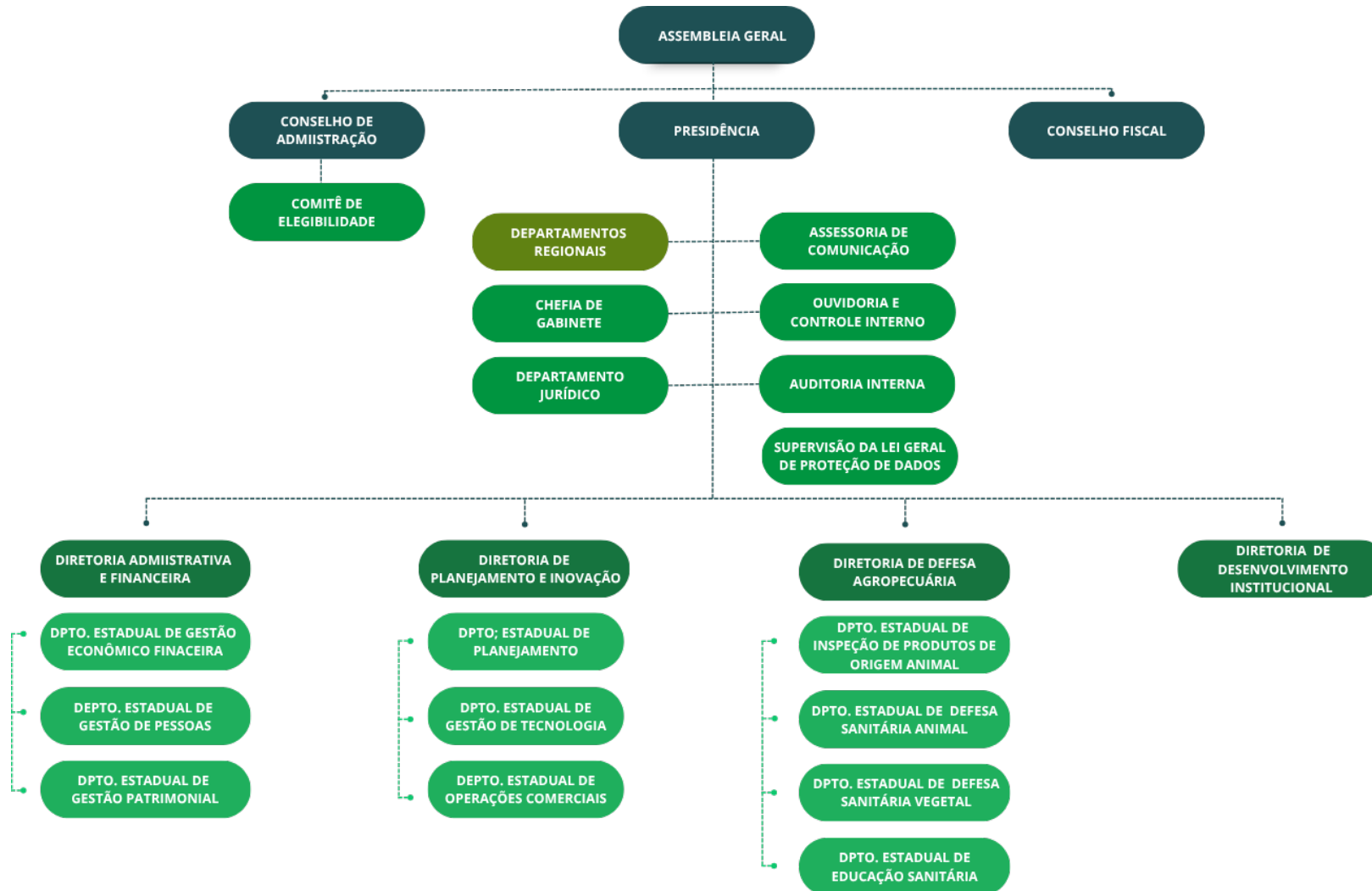
IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

VII - assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

ORGANOGRAMA



PRINCIPAIS RESULTADOS

O trabalho desenvolvido pela Cidasc, em parceria com produtores rurais e agroindústrias, é essencial para garantir as condições sanitárias que sustentam o reconhecimento e a competitividade dos produtos do agronegócio catarinense nos mercados nacional e internacional. As ações de defesa sanitária animal, vegetal e de inspeção de produtos de origem animal têm papel estratégico na economia estadual, representando cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, conforme dados do Observatório Agro Catarinense, sendo 64,7% das exportações catarinenses originadas do setor agropecuário.

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação de programas estruturantes, avanços em sanidade animal e vegetal, ações de sustentabilidade e investimentos em infraestrutura e pessoal. Esses resultados reafirmam o papel da Cidasc como referência nacional em defesa agropecuária, contribuindo diretamente para o fortalecimento e a competitividade do agronegócio catarinense.

O êxito das ações implementadas reflete a priorização da inovação, o aumento da eficiência operacional e a valorização dos profissionais, pilares que sustentam o trabalho da instituição e seu papel estratégico no agro catarinense. A atuação da Cidasc este ano resultou em conquistas expressivas nas áreas de saúde animal e vegetal, essenciais para o conceito de Uma Só Saúde (*One Health*), que integra a saúde humana, animal e ambiental. Por meio das ações da empresa, o Estado de Santa Catarina obteve importantes conquistas como o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação desde 2007 e o reconhecimento há mais de 10 anos como Zona Livre de Peste Suína Clássica pela Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa). Ainda, por meio do trabalho de monitoramento e controle realizado pela Cidasc, foi possível manter o reconhecimento como área livre da *Cydia pomonella* conquistado em 2014, praga que atinge maçãs, peras e marmelos. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva. Entre as ações de maior impacto para a sociedade, destacam-se:

Programa Olho Bom (Projeto Invicta) - Modernização da fiscalização do trânsito agropecuário: A iniciativa visa reestruturar o sistema de fiscalização fixa de trânsito agropecuário, adotando um modelo mais eficiente, tecnológico e dinâmico. Essa modernização fortalece a segurança sanitária estadual e reforça o reconhecimento internacional do status sanitário catarinense;

Prevenção à Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP): A companhia reforçou a vigilância ativa em todo o território catarinense, demonstrou efetividade nas investigações de suspeitas e atuação em foco, desenvolveu ações de educação sanitárias direcionadas a produtores e trabalhadores do setor. Essas medidas foram essenciais para manter o rebanho comercial de Santa Catarina livre da doença e para preservar a segurança alimentar e econômica do Estado;

Controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina e bubalina: O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) aprovou o plano estratégico catarinense, reconhecendo sua eficácia. A conquista aproxima o Estado da obtenção do status de risco desprezível (classificação A3), reforçando a confiança da sociedade e dos mercados consumidores na qualidade dos produtos catarinenses;

Portaria de biosseguridade para a suinocultura: A Portaria Sape n.º 50/2025, elaborada em parceria entre a Secretaria da Agricultura e Pecuária (Sape) e a Cidasc, estabelece novas regras de biosseguridade para a suinocultura tecnificada (granjas comerciais) em Santa Catarina. A norma visa fortalecer o padrão sanitário e a competitividade

do setor, que é o maior produtor e exportador de carne suína do Brasil, consolidando sua liderança com mais da metade das exportações nacionais. Para auxiliar na adaptação dos produtores, o governo estadual lançou o Programa Biosseguridade Animal Santa Catarina;

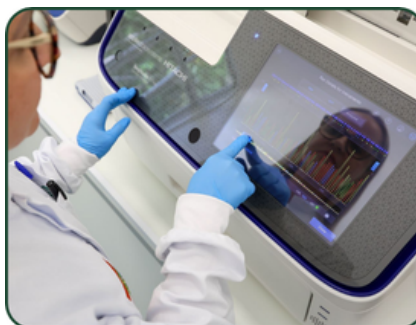
Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: Em 2025, o Comitê Ambiental da Cidasc (CAC) intensificou suas ações de sustentabilidade após a realização de diagnóstico sobre consumo de recursos, gestão de resíduos e qualidade de vida no trabalho. Com base nos resultados, foram adotadas medidas como a distribuição de copos e canecas ecológicas aos colaboradores, uso de copos de vidro em reuniões e aquisição de equipamentos para correta destinação de resíduos. As iniciativas reforçam o compromisso institucional com a sustentabilidade, o uso racional de recursos e o bem-estar no ambiente laboral;



Avanços na área vegetal e adesão ao Sisbi-POV: A Cidasc avançou na preparação para assumir as atribuições do Serviço de Inspeção Vegetal, com vistas à adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Sisbi-POV). O objetivo é padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção, garantindo a inocuidade e a qualidade dos produtos de origem vegetal. Em 2025, foi concluído o diagnóstico situacional do setor de produção de bebidas, e o Anteprojeto de Lei para a criação do serviço segue em tramitação, após diligências junto a órgãos e entidades competentes;

Ampliação de mercados, valorização dos produtos artesanais e combate a fraudes: O número de agroindústrias catarinenses vinculadas ao Serviço de Inspeção da Cidasc com habilitação no Sisbi-POA cresceu 10%. Com essa habilitação, essas empresas passam a estar aptas a comercializar seus produtos em todo o território nacional. Com o serviço da Cidasc, os produtos artesanais de Santa Catarina também ganham destaque no mercado brasileiro por meio do Selo ARTE;

Aquisição de sequenciador de DNA: Com o objetivo de fortalecer a capacidade técnica institucional em análises genéticas aplicadas ao controle e à fiscalização. A iniciativa integra o Programa Pescados SC, da Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ), em apoio às ações de combate à fraude e à falsificação de produtos de origem animal e ao fomento da indústria pesqueira no Estado;



Educação sanitária e fortalecimento da cultura de prevenção: A companhia ampliou as ações de educação sanitária em escolas, universidades e plataformas digitais, promovendo a conscientização de estudantes, produtores e profissionais sobre a importância da vigilância em saúde animal e vegetal e da abordagem de Uma Só Saúde (*One Health*). A atuação integrada nas áreas de sanidade animal, sanidade vegetal, inspeção e educação sanitária reforça a competitividade dos produtos catarinenses, impulsiona o desenvolvimento regional e evidencia que a defesa agropecuária é um serviço público estratégico para o bem-estar da população;

Aprovação do SC Rural 2: Aprovação em 2025 do SC Rural 2 com investimento total de US\$ 150 milhões - sendo US\$ 120 milhões financiados pelo Banco Mundial e US\$ 30 milhão de contrapartida estadual - voltado ao aumento da renda e da competitividade no meio rural, com ênfase em inovação tecnológica, qualificação dos serviços públicos e enfrentamento a eventos climáticos extremos. No âmbito do programa, a Cidasc será responsável pela execução de R\$ 39,8 milhões, destinados a ações de educação sanitária, desenvolvimento de tecnologias para a defesa agropecuária e aprimoramento da inspeção de produtos de origem animal e vegetal, fortalecendo a segurança sanitária e a competitividade do setor agropecuário catarinense;

Certificação pelo Mapa PPA-Suasa: Certificação pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) do estado de Santa Catarina, por meio da Cidasc de sua integração ao Plano Plurianual do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (PPA-Suasa). O reconhecimento consolida o alinhamento das ações estaduais de defesa agropecuária às diretrizes e metas nacionais estabelecidas pelo Mapa em âmbito federal;

Reforço na gestão de projetos e processos fortalecendo a governança: A Cidasc iniciou uma nova etapa de aprimoramento da gestão de projetos e processos, com reforço técnico especializado por meio de bolsistas em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc). Foram incorporadas profissionais dedicadas ao Núcleo de Gestão de Projetos (Nuproj) e ao Núcleo de Gestão de Processos (Nuproc), com o objetivo de elevar o nível de maturidade institucional nessas áreas, promover o alinhamento entre estratégias e capacidades internas e fortalecer o modelo de governança da companhia. A atuação das profissionais visa elevar a maturidade da gestão de projetos e processos, alinhar estratégias e capacidades internas e colaborar com o modelo de governança institucional;

Revitalização da infraestrutura e valorização dos espaços de trabalho: Em 2025, a Cidasc manteve seu foco na revitalização das estruturas físicas, com investimentos significativos na melhoria do atendimento e das condições operacionais. Entre as principais iniciativas, destacam-se: Assinatura de atas de manutenção predial em seis regiões do Estado, com valor estimado em R\$ 1,9 milhão; Reforma do laboratório de Joinville, que recebeu investimento de R\$ 1,8 milhão; Pintura da sede e execução de outras melhorias gerais de infraestrutura. Essas ações reforçam o compromisso da companhia com a modernização e a eficiência dos serviços prestados à sociedade catarinense;



Reforço da força de trabalho: Outra conquista importante de 2025 foi a aprovação de concurso público destinado à reposição dos colaboradores desligados pelo Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI). A medida é fundamental para recompor o quadro de pessoal, garantindo a continuidade das atividades essenciais e preparando a instituição para novos desafios da defesa agropecuária.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELA CIDASC

Para alcançar a missão da companhia, os departamentos técnicos, vinculados à Diretoria de Defesa Agropecuária, executam as atividades finalísticas da Cidasc:

Defesa Sanitária Animal

A Defesa Sanitária Animal consiste em um conjunto de ações estratégicas para garantir a segurança zoossanitária dos rebanhos de animais de produção catarinenses. Seus objetivos centrais são preservar a saúde animal, a saúde pública e o meio ambiente, integrando tudo em uma só saúde, além de fortalecer o agronegócio e consequentemente a economia catarinense, promovendo o acesso a mercados internos e externos.

Atualmente, Santa Catarina detém reconhecimento internacional da Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa) como Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação e Área Livre de Peste Suína Clássica. Em 2025, o Estado teve seu Plano de Ação para obtenção do status sanitário de classificação de risco A3 para brucelose e tuberculose aprovado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa, o que demonstra que Santa Catarina desenvolve ações estratégicas avançadas no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).

1) Status sanitário e diferenciais de Santa Catarina

O desafio da Cidasc, por meio da execução deste Plano, é a erradicação total dessas doenças. Para isso, mantém ações rigorosas voltadas para a busca ativa para ambas as doenças, além do saneamento obrigatório dos focos e controle do trânsito de bovídeos destinados à reprodução. Em 2025, foram realizados 1.086.570 exames em bovinos e bubalinos para identificar a presença dessas enfermidades nos rebanhos.

2) Fiscalização, vigilância e trânsito animal

As ações de fiscalização da Cidasc possuem um forte viés educativo, orientando produtores sobre a legislação e a importância de manter o status sanitário diferenciado do estado.

- **Fiscalizações de trânsito realizadas:** 476.509 ações em 2025.
- **Controle de Trânsito:** foram registradas 1.678.764 Guias de Trânsito Animal (GTAs) e fornecidos 1.339.037 brincos de identificação individual para rastreabilidade de bovinos e bubalinos.

- **Notificações de doenças:** o atendimento a qualquer caso de suspeita de enfermidades de controle oficial é fundamental para o pleno funcionamento do serviço de defesa sanitária animal. Todo cidadão ou profissional da área tem o dever legal de comunicar casos suspeitos no menor tempo possível. Em 2025, foram atendidas **1.681 notificações**.

3) **Enfrentamento à Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP)**

A prevenção da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) continua sendo uma prioridade, dado que o vírus circula na América do Sul desde o fim de 2022. A companhia reforçou a importância da fiscalização e da educação sanitária como instrumentos fundamentais para manter Santa Catarina livre da doença. Santa Catarina é o segundo maior produtor e exportador de proteínas de aves do país, com abate registrado de 934.499.833 milhões de aves - o sucesso das estratégias preventivas é vital. Em 2025, foram realizadas 216 investigações de casos suspeitos (com 30 coletas de amostras), sendo que houve um caso confirmado, em aves de subsistência no sul do Estado, que foi rapidamente debelado, com todas as propriedades rurais da zona de vigilância estabelecida vistoriadas, não havendo registros de outros casos. A parceria entre os setores público e privado é primordial para a agilidade nos atendimentos necessários para a resolução do problema, nestes casos.

4) **Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose bovina e bubalina**

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) aprovou o conjunto de ações estratégicas desenvolvidas por Santa Catarina para o controle e a erradicação dessas enfermidades. O reconhecimento do Mapa destaca a consistência técnica e a efetividade do sistema estadual de defesa sanitária animal. Com a aprovação do plano, o Estado avança rumo à obtenção do status de risco desprezível (classificação de risco A3), consolidando sua posição de destaque nacional em sanidade animal.

- **Propriedades livres:** Santa Catarina registrou 3.287 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose. A cadeia produtiva do leite foi essencial nesse estímulo, consolidando Santa Catarina como o 4º maior produtor nacional.

5) **Biosseguridade em granjas tecnificadas de suínos**

Em 2025, foi emitida pela Sape a Portaria n.º 50/2025, que estabeleceu regras de biosseguridade mais rígidas para granjas tecnificadas de suínos em Santa Catarina, visando protegê-las contra doenças como a Peste Suína Clássica (PSC) e a Peste Suína Africana (PSA). As medidas obrigatórias incluem cercas, barreiras sanitárias, controle rigoroso de acesso e gestão de resíduos, com prazos até 2026/2027 para adaptações estruturais. A norma visa fortalecer o padrão sanitário e a competitividade do setor, que é o maior produtor e exportador de carne suína do Brasil, consolidando sua liderança com mais da metade das exportações nacionais. Para auxiliar na adaptação dos produtores, o governo estadual lançou o Programa Biosseguridade Animal Santa Catarina, com subsídios financeiros para implementação das medidas sanitárias.

6) Missões técnicas nacionais e internacionais

Em 2025, a Cidasc recebeu missões técnicas do Chile, do Peru e do Japão, relacionadas aos diversos programas sanitários atendidos por esta área. As auditorias validaram a qualidade e segurança dos produtos catarinenses, visando a manutenção e o incremento das exportações. Além das missões internacionais, a Cidasc foi anfitriã de outros serviços veterinários estaduais, disseminando seu conhecimento e pioneirismo em diversas áreas, como a identificação individual de bovinos e bubalinos, a vigilância de brucelose e tuberculose, dentre outros temas.

7) Laboratórios

Como órgão oficial de defesa agropecuária, cabe à Cidasc executar diversos programas sanitários para prevenir, controlar e, se possível, erradicar doenças dos animais de produção. O suporte laboratorial foi decisivo para esses resultados:

1. **Laboratório de Joinville:** Realizou 269 diagnósticos de raiva e 6.125 Teste de Antígeno Acidificado Tamponado (AAT) para brucelose em abatedouros. Produziu também 689 kits de transporte para os Programas Nacionais de Sanidade Avícola (PNSA) e Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA).
2. **Laboratório de Chapecó:** especializado em brucelose, realizou 4.469 testes de triagem (AAT) e 687 testes confirmatórios por Polarização da Fluorescência (FPA). O laboratório, credenciado pelo Mapa desde 2014, é pioneiro no estado no uso da técnica de FPA para diagnósticos definitivos.

Defesa Sanitária Vegetal

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (Dedev) da Cidasc assume uma responsabilidade estratégica e fundamental para o agronegócio de Santa Catarina. Seu trabalho sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização garante que a produção e o comércio de plantas, partes de vegetais e produtos de origem vegetal estejam livres de pragas que possam comprometer nosso patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado.

Santa Catarina é um destaque nacional em fruticultura, e o sucesso na erradicação e controle de pragas, como as que afetam a maçã e a banana, abriu novas e importantes rotas de comercialização, tanto no mercado interno quanto para exportação. A Defesa Vegetal atua como uma barreira fitossanitária essencial, mantendo pragas sob controle e impedindo sua entrada. Exemplo disso é a ação estratégica do vazio sanitário do maracujá, realizada anualmente. Além da fiscalização, a Cidasc investe continuamente na sensibilização e orientação dos produtores rurais, promovendo palestras e reuniões sobre a prescrição e o uso correto dos agrotóxicos.

Em 2025, o Departamento de Defesa Sanitária Vegetal alcançou resultados notáveis, consolidando seu papel protetor:

- 5.297 inspeções de pragas realizadas.
- 2.637 levantamentos fitossanitários.

- 404 coletas de amostras para diagnose fitossanitária.
- 830 fiscalizações de vazios sanitários.

Um foco especial foi dado às 6.200 unidades de produção inscritas no processo de certificação fitossanitária, garantindo a manutenção do status livre de pragas como *Cydia pomonella*, Fogo Bacteriano das rosáceas, Moko da bananeira e Cancro da Videira. Este rigoroso processo permitiu a comercialização de produtos como maçãs, bananas e uvas para outros estados e países, com o trânsito da produção viabilizado pela emissão de 78.849 Permissões de Trânsito Vegetal (PTVs), um incremento de 3,2% em relação ao ano anterior.

Outra iniciativa de grande sucesso da Cidasc é o e-Origem, que expandiu seu alcance, atingindo 6.490 produtores e registrando um crescimento de 3,4% no ano.

1) Rigor na Fiscalização de Insumos Agrícolas

A atuação da Cidasc na fiscalização de insumos agrícolas é reconhecida como destaque no cenário nacional. Em 2025, foram efetuadas 5.039 fiscalizações abrangendo comerciantes, usuários e profissionais do setor, com o objetivo primordial de assegurar o uso seguro de produtos, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Na frente de controle de qualidade, o trabalho da companhia atingiu um recorde anual na coleta de amostras:

- 1.141 amostras de produtos de origem vegetal coletadas, sendo 622 para o Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos (próprio da Cidasc) e 511 para o Programa Alimento Sem Risco (PASR) do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC).
- O índice de conformidade da produção convencional no programa da Cidasc foi o melhor de toda a série histórica, alcançando expressivos 90,3% de adequação aos padrões estabelecidos.

Em relação ao controle externo de qualidade de sementes, foram analisadas 384 amostras, resultando em um índice de aprovação de 77,63%, o melhor resultado anual. Essas avaliações são vitais para assegurar a excelência das sementes utilizadas na produção agrícola do Estado. A Cidasc também intensificou o controle sobre o destino das embalagens vazias de agrotóxicos, com 73 fiscalizações em centrais de recolhimento e 24 em empresas recicladoras, combatendo o desvio de destinação. A companhia participa, ainda, ativamente de campanhas de recolhimento itinerante para ampliar a correta destinação. No âmbito do Cadastro Estadual de Agrotóxicos, foram analisadas 2.508 solicitações ao longo de 2025, garantindo que a comercialização e o uso desses produtos sigam rigorosamente a legislação.

2) Avanços na Inspeção Vegetal e Classificação de Produtos

A área de Inspeção Vegetal avançou no rito legal para a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Sisbi-POV). A minuta da nova lei, elaborada em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Pecuária (Sape), recebeu parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e cumpre atualmente os trâmites de instrução junto à Casa Civil e ao Grupo Gestor de Governo (GGG). Este projeto de Lei é fundamental para a adesão ao Sisbi-POV, visando o reconhecimento e equivalência do

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal no Estado de Santa Catarina (SIE-POV). Um plano de ação detalhado foi implementado para atender as exigências e alcançar o reconhecimento do serviço no Estado. Complementarmente, foi concluído o Diagnóstico Situacional de Bebidas, que mapeia o perfil da atividade no Estado, identificando fragilidades e atributos para auxiliar no desenvolvimento de estratégias de ação na execução do SIE-POV.

Na Classificação de Produtos de Origem Vegetal, mais de mil toneladas de produtos que possuem padrões oficiais estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) foram classificadas em 2025. Ao todo, foram emitidos 1.414 certificados de qualidade. Os principais produtos certificados foram feijão, cebola e arroz. A Cidasc também renovou o contrato com a Associação de Fumicultores do Brasil - Afubra para acompanhar a comercialização de tabaco em folha curado, atuando como mediadora. Foram realizados mais de 750 plantões de acompanhamento e mais de 8.200 acompanhamentos a produtores nos pontos de comercialização em Santa Catarina.

3) Selo de Conformidade Cidasc (SCC): Qualidade e Competitividade

O Programa Selo de Conformidade Cidasc (SCC) obteve grande êxito em 2025. A certificação é concedida a empresas que implementam cerca de 300 requisitos de qualidade de processo e produto. O programa está aberto a empresas de produção, beneficiamento, processamento e comercialização de produtos de origem vegetal. Após a certificação, as empresas são submetidas a auditorias periódicas para garantir a manutenção da qualidade atestada.

O SCC é um diferencial competitivo que atesta ao consumidor um produto seguro e de qualidade, com produtos certificados presentes em mais de 20 países. Em 2025, a Cidasc registrou 16 agroindústrias certificadas, com outras nove em processo de certificação. O segmento do arroz é um destaque, com quase 38% do arroz beneficiado em Santa Catarina em processo de certificação pelo SCC.

Inspeção de Produtos de Origem Animal

O Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Deinp) atua no registro e na fiscalização de estabelecimentos vinculados ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE), desempenhando papel estratégico na garantia da segurança e da qualidade dos produtos de origem animal, cuja inspeção sanitária é obrigatória. De forma integrada, os resultados alcançados em 2025 consolidam a atuação estratégica da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) na promoção da segurança alimentar, na ampliação de mercados e no fortalecimento sustentável da agroindústria catarinense. Destaques na atuação de 2025:

1. Registro e Fiscalização de Estabelecimentos (SIE)

O fortalecimento do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) permaneceu como pilar fundamental da atuação do departamento. Em 2025, foram registradas 16 novas agroindústrias, totalizando 471 estabelecimentos ativos sob inspeção estadual. A ampliação do número de empresas registradas demonstra a confiança no serviço prestado e o compromisso com a regularidade sanitária dos produtos de origem animal.

2. Ampliação de Mercados - Sisbi-POA

A adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) continuou em expansão. No período, 21 estabelecimentos passaram a integrar o sistema, alcançando 154 agroindústrias habilitadas a comercializar em todo o território nacional. A atuação técnica tem sido decisiva para orientar as empresas na adequação aos requisitos de equivalência ao sistema federal, ampliando oportunidades comerciais e fortalecendo a competitividade do setor.

3. Valorização dos Produtos Artesanais - Selo ARTE

A política de incentivo aos produtos tradicionais também avançou significativamente. Foram concedidos 179 novos registros do Selo ARTE, totalizando 442 certificações ativas no Estado. A iniciativa contribui para a valorização da identidade regional e agregação de valor à produção artesanal.

4. Ações Fiscalizatórias e Combate à Fraudes

Com foco na promoção do conceito de “Uma Só Saúde” e na proteção do consumidor, foram realizadas 7.741 ações fiscalizatórias ao longo do ano, abrangendo fiscalizações de rotina, auditorias, supervisões, atendimento a denúncias e operações de combate à fraude. A intensificação dessas ações assegura a segurança dos produtos de origem animal para a mesa dos consumidores e garante condições equitativas de competição.

5. Monitoramento Laboratorial e Segurança Alimentar

O controle oficial foi complementado por acompanhamento laboratorial. Em 2025, foram coletadas 955 amostras oficiais, que resultaram em 3.413 análises laboratoriais. O índice de conformidade de 89,60% registrado em 2025 evidencia a evolução contínua do setor no atendimento aos parâmetros microbiológicos e físico-químicos exigidos pela legislação.

6. Capacitação e Qualificação do Setor Produtivo

A qualificação da cadeia produtiva permanece como estratégia institucional. Foram ofertados 25 cursos na área de inspeção sanitária de produtos de origem animal, com 3.753 profissionais capacitados e certificados. As capacitações contribuem para o aprimoramento das boas práticas, padronização de processos e fortalecimento da cultura de conformidade sanitária.

7. Incentivo à Produção e à Qualidade do Rebanho

No âmbito do Programa Novilho Precoce, foram repassados R\$ 28.365.970,71 a 2.493 produtores rurais, viabilizando o abate de 193.188 bovinos dentro dos critérios estabelecidos. A iniciativa estimula a melhoria da qualidade do rebanho bovino catarinense e promove incremento da renda no meio rural.

Educação Sanitária

A companhia ampliou ações de educação sanitária em escolas, universidades e plataformas digitais realizando um importante trabalho de sensibilização de crianças, jovens, produtores e profissionais para a importância da vigilância em saúde animal e vegetal e a formação de uma sociedade mais consciente, contribuindo para a prevenção de

riscos e para o fortalecimento da defesa agropecuária. As entregas realizadas pela Cidasc em 2025 reforçam políticas públicas essenciais para a proteção da vida, da economia e do meio ambiente em Santa Catarina.

A atuação integrada nas áreas de sanidade animal, sanidade vegetal, inspeção e educação sanitária fortalece a competitividade dos produtos catarinenses, sustenta o desenvolvimento regional, garante segurança à sociedade e fortalece a importância de atuação como "Uma Só Saúde" (*one health*).

Esses avanços demonstram que a defesa agropecuária é mais que uma política setorial - é um serviço público estratégico, que protege a saúde, apoia o produtor, estimula o crescimento econômico e assegura o bem-estar da população catarinense. Em parceria com 23 instituições de ensino técnico e superior e 120 escolas de ensino fundamental, mais de seis mil estudantes participaram de ações formativas voltadas ao conceito de "Uma Só Saúde", com destaque para:

- 1.512 educandos no Programa Sanitarista Acadêmico;
- 4.500 educandos no Programa Sanitarista Junior.

Paralelamente, a Cidasc manteve forte presença nas atividades de rotina, realizando:

- 75.800 orientações técnicas, individuais e coletivas, junto a produtores rurais, estabelecimentos, consumidores e público em geral;
- Mais de 2.400 ações educativas, entre cursos, treinamentos, palestras, reuniões técnicas e iniciativas em mídias (rádio, televisão e conteúdos audiovisuais).

A qualificação profissional também foi fortalecida por meio de parcerias estratégicas. Em conjunto com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina (CRMV-SC), foram promovidos:

- Oito eventos do programa Vet Consciente;
- 321 médicos-veterinários capacitados.

Na modalidade de Educação a Distância (Sanitarista EAD), a companhia ofertou 28 cursos, ampliando o acesso à capacitação técnica, com os seguintes resultados:

- **Inspeção de Produtos de Origem Animal:** 3.753 certificados emitidos;
- **Defesa Sanitária Vegetal:** 27 certificados emitidos;
- **Defesa Sanitária Animal:** 365 certificados emitidos.

Esse conjunto de ações evidencia que a defesa agropecuária é um serviço público estratégico, que integra educação, prevenção e qualificação profissional para garantir segurança sanitária e desenvolvimento sustentável ao Estado.

1. GESTÃO ESTRATÉGICA

IDENTIDADE INSTITUCIONAL





Missão

Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.



Visão

Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária.



Valores

Excelência;
Legalidade;
Transparência;
Credibilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Defesa Agropecuária:

- Fortalecer o esforço de Defesa Agropecuária por meio de ações de educação sanitária, vigilância, fiscalização, inspeção, classificação e apoio laboratorial;
- Evitar o ingresso e controlar as doenças dos animais;
- Evitar o ingresso e controlar as pragas e doenças vegetais;
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas;
- Garantir a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal; e
- Otimizar os processos operacionais de Defesa Agropecuária com base na consolidação de melhores práticas.

Corporativo:

- Estabelecer mecanismos para maximizar a profissionalização da organização e a retenção de seu capital humano;
- Ampliar e modernizar a infraestrutura física e tecnológica; e
- Garantir a estabilidade do repasse de recursos (custeio e investimento) do Governo do Estado para a Cidasc.

PARTES INTERESSADAS

Pessoas físicas ou jurídicas com potencial para influir positiva ou negativamente sobre objetivos e resultados da organização, mesmo que dela não participem, mas que possam ser afetadas pelo resultado de sua execução ou conclusão.

Matriz de Stakeholders

Pessoa Física ou Jurídica	Expectativas e Interesses
Internos	
Empregados	- Manter o status sanitário adquirido pelo estado de SC.
Externos	
Comunidade	- Inocuidade e Segurança Alimentar.
Sociedade	- Inocuidade e Segurança Alimentar; e - Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária.
Imprensa/Formadores de opinião	- Saúde Pública; - Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense; e - Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária.
Governos	- Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense; e - Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária.
Clientes/Usuários	- Inocuidade e Segurança Alimentar; e - Educação Sanitária Agropecuária.
Agroindústrias e frigoríficos	- Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense; - Legalização de estabelecimentos; - Certificação da produção; - escoamento da produção; e - Agregação de valor.

Pessoa Física ou Jurídica	Expectativas e Interesses
Agricultores e pecuaristas	- Sanidade animal e vegetal; - Certificação da Produção; e - Educação Sanitária Agropecuária.
Estudantes	- Estágio; - Emprego; e - Educação Sanitária Agropecuária.
Instituições de Ensino	- Parcerias técnico-científicas; e - Educação Sanitária Agropecuária.

PRINCIPAIS PARCEIROS

- Ministério Agricultura e Pecuária - Mapa;
- Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC;
- Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasa;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - Epagri;
- Vigilância Sanitária (Visa);
- Banco Mundial;
- Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC;
- Polícia Civil de Santa Catarina - PCSC;
- Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil - SDC
- Empresas, Cooperativas e Associações para a realização do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal;
- Laboratórios Credenciados;
- Associações, sindicatos e representações de agroindústrias e de produtores rurais; e
- Conselhos de classe.

PRINCIPAIS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Defesa Sanitária Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Animal	Ações com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, visando a manutenção e ampliação do status sanitário, bem como a saúde única. Capacitações técnicas frequentes, educação sanitária e preparo para rápida resposta a eventos sanitários nos plantéis são fundamentais nas ações de defesa sanitária animal.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	De forma integrada aos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc, efetua o controle do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, bem como sistemas afins (habilitação para emissão de GTA, credenciamento para emissão de GTS, autorizações de ingresso de animais, dentre outros), visando assim medidas de proteção do rebanho catarinense, para manutenção dos padrões sanitários internacionalmente reconhecidos, por meio da minimização do risco de introdução ou reintrodução de enfermidades. Atua junto aos médicos-veterinários privados, propriedades, estabelecimentos agroindustriais, Postos Fixos de Fiscalização, barreiras móveis, entre outros.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Vigilância Epidemiológica	Elaboração de estudos epidemiológicos para verificação da distribuição espacial e temporal das doenças de controle oficial; elaboração de boletins epidemiológicos a partir da análise de dados das investigações e ocorrências registradas pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) para verificação do perfil de distribuição das notificações e doenças de controle oficial; gerenciamento do sistema de informações zoossanitárias do estado, que compreende desde a coleta, o processamento, a análise, avaliação e sua divulgação, aliado ao contexto sanitário nacional e ao cenário internacional, visando a transparência e a sustentação da gestão sanitária; capacitação do quadro de médicos-veterinários da Cidasc quanto aos métodos epidemiológicos, bem como quanto à aplicação do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (e-Sisbravet), visando o registro e acompanhamento das notificações e investigações de suspeitas de doenças; capacitação de médicos-veterinários privados, habilitados pelo Serviço Veterinário Oficial, por meio de cursos em plataforma on-line; planejamento das atividades de vigilância ativa junto aos programas sanitários e definição dos critérios de risco estabelecidos por doença de controle oficial objetivando o aprimoramento do sistema de vigilância baseada em risco.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Animal	Ações com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, visando a manutenção e ampliação do status sanitário, bem como a saúde única. Capacitações técnicas frequentes, educação sanitária e preparo para rápida resposta a eventos sanitários nos plantéis são fundamentais nas ações de defesa sanitária animal.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	De forma integrada aos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc, efetua o controle do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, bem como sistemas afins (habilitação para emissão de GTA, credenciamento para emissão de GTS, autorizações de ingresso de animais, dentre outros), visando assim medidas de proteção do rebanho catarinense, para manutenção dos padrões sanitários internacionalmente reconhecidos, por meio da minimização do risco de introdução ou reintrodução de enfermidades. Atua junto aos médicos-veterinários privados, propriedades, estabelecimentos agroindustriais, Postos Fixos de Fiscalização, barreiras móveis, entre outros.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina	Objetiva baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose, por meio da vigilância epidemiológica para detecção de focos e do saneamento dos focos encontrados, visando a erradicação destas doenças; a certificação por adesão voluntária de um número elevado de estabelecimentos de criação, objetivando aumentar a oferta de produtos de baixo risco para a saúde pública. Realiza também a orientação sanitária aos produtores de bovinos e a supervisão das atividades realizadas por médicos-veterinários autônomos habilitados no PNCEBT para o diagnóstico dessas doenças.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis	Para o controle da Raiva dos Herbívoros são executadas ações de cadastramento e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, controle populacional de <i>Desmodus rotundus</i> , vigilância em áreas risco, o atendimento às notificações de suspeita de síndromes nervosas, aos focos da doença e o estímulo à vacinação de rebanhos de suscetíveis. A vigilância para Encefalopatias Transmissíveis visa evitar a entrada do agente da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no território nacional, aplicar medidas de mitigação de risco, como a fiscalização do fornecimento de alimentos para ruminantes nas propriedades, no intuito de evitar eventual reciclagem e difusão do agente da EEB no estado e manter um sistema de vigilância para detecção precoce de animais infectados.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Sanidade Suídea	Diante da importância econômica, social e cultural da suinocultura catarinense, com o intuito de controlar e maximizar ganhos econômicos possibilitados pela produção de suínos, bem como de mitigar os riscos de transmissão de doenças relevantes para o setor produtivo suinícola e para a saúde da população, a Cidasc executa a proteção deste rebanho baseada nas diretrizes estabelecidas pela Omsa e determinadas pelo Mapa. As doenças alvo do Programa de Sanidade Suídea são a Peste Suína Clássica (PSC), Peste Suína Africana (PSA), síndrome respiratória e reprodutiva dos suínos e a Doença de <i>Aujeszky</i> , as quais acometem suínos e precisam de atenção constante do Serviço Veterinário Oficial, pois são enfermidades que refletem diretamente no mercado interno e externo de Santa Catarina. As ações do programa são realizadas para prevenção e detecção precoce da ocorrência dessas principais enfermidades.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Sanidade Avícola	As principais ações do programa de sanidade avícola consistem em prevenir e controlar as enfermidades de interesse na avicultura comercial, de subsistência e na saúde pública, com foco principal nos seguintes agentes: Influenza Aviária (IA), Doença de Newcastle (DNC), Laringotraqueíte Infecciosa das Aves (LTI), salmonelas e micoplasmas. As atividades são focadas na manutenção de sistemas de prevenção e detecção precoce de IA e DNC, gerando uma rápida resposta às suspeitas e aos eventos sanitários destas enfermidades. Desta forma, mantém no estado importantes ações de vigilância ativa através da realização de monitorias sanitárias previstas no plano de vigilância para IA e DNC, componentes 3 e 4, avicultura industrial e aves de subsistência de estabelecimentos localizados em rotas migratórias de aves silvestres respectivamente. Ressalta-se ainda a atuação constante na vigilância, certificação e monitoramento sanitário dos plantéis avícolas, atuando nas fiscalizações para registro e manutenção de registro dos estabelecimentos, estimulando assim melhorias constantes na biossegurança destes, e também, realizando o acompanhamento de processos de saneamento de estabelecimentos avícolas acometidos por patógenos de importância. Para o êxito, mantém-se atualizada a equipe técnica por meio de capacitações e o frequente estímulo às ações de educação sanitária, em sintonia com as legislações estaduais e federais vigentes, e com as diretrizes internacionais.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Sanidade dos Caprinos e Ovinos	Ações de cadastro e atualização dos estabelecimentos de criação; orientação aos produtores; vigilância epidemiológica e sanitária nas propriedades; atendimento às doenças de notificação obrigatória e determinação de medidas sanitárias; educação sanitária.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Sanidade dos Animais Aquáticos	O estado de Santa Catarina se destaca na produção de animais aquáticos, principalmente na criação de moluscos bivalves, sendo pioneiro no Brasil quanto ao monitoramento oficial microbiológico e de ficotoxinas na produção de moluscos bivalves. Setores como a carcinicultura e a piscicultura também possuem importância significativa para a economia do estado. Dessa forma, atividades que visam proteger e manter a condição sanitária desses animais devem ser empregadas para fortalecer o setor e proteger a população que consome os produtos por eles gerados.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Sanidade das Abelhas	Apoio à apicultura e meliponicultura catarinense por meio das atividades pertinentes, como educação sanitária, investigação epidemiológica, diagnóstico, monitoramento, controle e prevenção de pragas, doenças e intoxicações. Tem como objetivo manter as colmeias saudáveis, produzindo adequadamente em quantidade e com qualidade de produtos, e que possam contribuir com o relevante trabalho da polinização dos pomares, que é de suma importância para o agronegócio do Estado.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Sanidade Equídea	Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos. As principais atividades desenvolvidas são educação sanitária; estudos epidemiológicos; controle do trânsito; cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; e intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doenças de notificação obrigatória.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Apoio Laboratorial	Os laboratórios oficiais da Cidasc, localizados em Chapecó e Joinville, prestam apoio fundamental às ações da Defesa Sanitária Animal (DSA) no Estado, com a realização de diagnóstico de doenças de notificação obrigatória, preparo e envio de amostras para laboratórios de referência, produção dos meios de conservação das amostras, assistência em monitoramentos e inquéritos de doenças dos programas oficiais do Mapa e participação em projetos e estudos relacionados à sanidade animal. A unidade laboratorial de Chapecó é credenciada na Rede Nacional de - Laboratórios Agropecuários do Mapa e acreditada junto à Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE/Inmetro na norma ABNT NBR ISO-IEC 17025 para diagnóstico de brucelose bovina. Oferece serviço de diagnóstico a clientes externos, além de atender as demandas internas da DSA. A unidade laboratorial de Joinville realiza análises oficiais para controle da raiva dos herbívoros e da brucelose, além das demais demandas. O Sistema de Gestão da Qualidade Laboratorial implantado nas duas unidades é continuamente aperfeiçoado a fim de garantir a qualidade e confiabilidade dos resultados laboratoriais entregues à DSA e aos clientes externos.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Fiscalização de eventos agropecuários	Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar e controlar doenças que possam ser disseminadas por meio de uma aglomeração de animais. Composta pela avaliação clínica dos animais, verificação de documentos e fiscalização da atuação do RT e do promotor do evento.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa
Avaliação e Aperfeiçoamento da Defesa Sanitária Animal	Apoio à coordenação dos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc por meio do planejamento e gerenciamento da aplicação de ferramentas de avaliação do serviço estadual de defesa sanitária animal.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa

Defesa Sanitária Vegetal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Vegetal	Ações com objetivo estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização de insumos que controlem ou impeçam a disseminação de pragas, além da fiscalização da produção e comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do estado de Santa Catarina.	Cidadão/ Produtor/ Empresas/ Comércio/ Cidadãos	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - DedeV
Cadastro de Agrotóxicos	O cadastro de agrotóxicos, registrados previamente no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), com a finalidade de liberação do produto para comercialização e uso no território catarinense.	Empresas/ Produtor/ Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - Difia
Registro de Comerciantes de Agrotóxicos e Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos	Os comerciantes de agrotóxicos devem ser registrados junto à Cidasc e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A Cidasc executa a fiscalização dos estabelecimentos que operam com agrotóxicos nas áreas de comércio, armazenamento, produção, importação, exportação, transporte e empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos. No site da Cidasc é possível realizar a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de agrotóxicos.	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - Difia
Fiscalização do uso de Agrotóxicos	A Cidasc faz coleta de produtos vegetais para determinar a possível presença de resíduos de agrotóxicos não permitidos para a cultura, assim como para verificar se estão acima do limite máximo permitido pela legislação. As fiscalizações do uso são baseadas por receituários agrônômicos e movimentação de agrotóxicos de estabelecimentos responsáveis pela comercialização. Os receituários agrônômicos são filtrados por BI (bi.cidasc.sc.gov.br) que Empresas/Produtor/Comércio Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - Difia tornam a consulta por profissional, município, produto agrotóxico utilizado bastante ágil, auxiliando inclusive nas investigações sobre mortandade de abelhas.	Empresas/ Produtor/ Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - Difia

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Registro de Comerciantes de Sementes e Mudanças e Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças	As sementes e mudas transmitem o potencial genético para as futuras plantas, depende delas grande parte do sucesso da produção e o próprio desenvolvimento agrícola. Por isso, a necessidade de um rigoroso controle da qualidade de sementes e mudas desde a fase de campo até a comercialização para garantir um material reprodutivo que atenda as expectativas de produção. Para tanto, a Cidasc controla a qualidade das sementes e mudas através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de acordo com a legislação federal e estadual. Realizando a coleta amostral de lotes de sementes, a fim de verificar a qualidade fisiológica e viabilidade do material comercializado no estado de Santa Catarina e possíveis inconformidades no comércio. A Cidasc mantém em seu site a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de sementes e mudas.	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - Difia
Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária e Cadastro de Responsáveis Técnicos Habilitados	Para atuar como Responsável Técnico (RT) no sistema de certificação fitossanitária o engenheiro-agrônomo ou engenheiro-florestal precisam participar de curso previsto na legislação federal, que o capacitará para o cumprimento das normas de trânsito de produtos vegetais, potenciais veiculadores de pragas quarentenárias. Uma vez aprovado no curso de certificação fitossanitária, o RT poderá se cadastrar junto à Cidasc, com habilitação específica para a praga quarentenária objeto do curso. As informações são repassadas ao Mapa para compor o cadastro nacional de responsáveis técnicos da certificação fitossanitária. Os cursos estão sendo realizados com o auxílio da plataforma ENA Virtual e Google Meet	Responsáveis Técnicos	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - Didev
Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã e Citrus.	Os programas de certificação fitossanitária garantem a produtores, comerciantes, embaladores e consolidadores de produtos como Banana, Cidadão/Produtor/Empresas Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - Didev Citrus. Maçã e Citrus o acesso ao mercado nacional e internacional, atendendo os requisitos fitossanitários conforme o destino da produção	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - Didev

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção e Unidades de Consolidação	A adesão aos sistemas de certificação fitossanitária é voluntária, frente a atual legislação federal em vigor. O interessado deve indicar um responsável técnico habilitado para a praga quarentenária de interesse, que fará todos os processos de inscrição junto à Cidasc. Uma vez inscrita, a Unidade de Produção (UP) e Unidade de Consolidação (UC) devem cumprir requisitos previstos na legislação federal. Cabe à Cidasc garantir ao Mapa e a outros estados que os processos sejam realizados adequadamente e que a produção catarinense não traz risco de disseminação de pragas, por meio de seus produtos vegetais comercializados.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - Didev
Levantamentos de detecção, delimitação e monitoramento de pragas	Para a manutenção do status fitossanitário de Santa Catarina perante o Mapa são realizados levantamentos de pragas periodicamente. O estado possui status de Área Livre das Pragmas (ALP): <i>Moko</i> da Bananeira (<i>Ralstonia solanacearum</i> , raça 2) e <i>Cydia pomonella</i> . Os levantamentos de delimitação são realizados com o intuito de identificação dos níveis populacionais, em relação àquelas presentes no estado, tais como: Cancro europeu (<i>Neonectria ditissima</i>), Cancro cítrico (<i>Xanthomonas citri pv. citri</i>), <i>Sigatoka</i> negra (<i>Pseudocercospora fijensis</i>), <i>Thrips</i> da ferrugem da bananeira Para as pragas não presentes no estado, como Huanglongbing (HLB) ou Greening dos citros, Mofo azul do fumo (<i>Peronospora tabacina</i>), Cancro bacteriano da videira (<i>Xanthomonas campestris pv. viticola</i>), e outras prioritárias como iminência de ocorrência no território catarinense, são realizados levantamentos de detecção, para garantir o status fitossanitário de praga ausente, cumprindo os requisitos fitossanitários que venham a ser exigidos por países importadores e outras unidades da federação, além de impedir os prejuízos decorrentes dessas pragas no estado. Também são realizados levantamentos para pragas presentes em lavouras como milho e soja a fim de monitorar a ferrugem asiática da soja a cigarrinha-do-milho e complexo de enfezamentos, além da introdução de possíveis novas pragas. Segundo a Lei n.º 17.825, de 12 de dezembro de 2019, os levantamentos de pragas têm ainda como objetivos coletar, processar, analisar, interpretar e divulgar dados sobre sua ocorrência, visando à adoção de medidas estratégicas ou emergenciais de controle ou erradicação eventualmente necessárias.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - Didev

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Permissão de Trânsito Vegetal - PTV	A PTV é o documento final do Programa de Certificação Fitossanitária. Após todas as etapas cumpridas, o RT, produtor ou consolidador pode solicitar a emissão da PTV para sua produção. É documento de posse obrigatória para o trânsito interestadual quando são transportados produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal - Didev
Fiscalização do Trânsito Vegetal	Fiscalização do trânsito de artigos com potencial de disseminação de pragas (plantas, partes de plantas, fruto) e fiscalização do trânsito de agrotóxicos, sementes e mudas.	Cidadão/ Produtor/ Empresas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - Difia
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e conseqüentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação. Capacita produtores rurais e usuários em classificação vegetal. E, ainda, desenvolve trabalhos ligados à extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais.	Produtor/ Empresas	Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - Dipov

Inspeção de Produtos de Origem Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Inspeção de Produtos de Origem Animal	<p>Garantia da segurança dos alimentos ao consumidor, através da inspeção ante e post mortem dos animais e da adoção de medidas de controle de todo processo produtivo de alimentos de origem animal. A inspeção atua prevenindo a ocorrência de zoonoses e doenças veiculadas pelos alimentos e contribui para a vigilância de doenças relacionadas à sanidade dos animais. As ações dos profissionais da Cidasc abrangem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Inspeção, desde o recebimento de animais e matérias-primas até a expedição e transporte de produtos comestíveis e não comestíveis de origem animal, conforme Lei Estadual n.º 19054/2024 2) Realização de procedimentos de exame clínico dos animais no pré abate, a avaliação dos animais/matérias-primas em propriedades de origem, a inspeção in loco do processo de insensibilização e de sangria; 3) A coleta de amostras de animais, produtos ou subprodutos (sabidamente positivos, suspeitos ou de situação sanitária desconhecida); 4) A execução/avaliação in loco das linhas de abates das diferentes espécies de animais (cabeças, carcaças, vísceras brancas, vísceras vermelhas e gânglios linfáticos); 5) A reinspeção de carcaças, matérias-primas, produtos, subprodutos; 6) A análise documental e fiscalização in loco para aprovação de projetos de fluxo de produção das agroindústrias; 7) A verificação dos locais de depósito de dejetos (baias - pré-abate), resíduos e despojos (destino apropriado), a realização de necropsia de animais e demais atividades inerentes à função privativa do médico-veterinário; 8) Fiscalização e execução de verificação dos procedimentos de remoção do Material de Risco Específico (MRE); 9) Fiscalização da execução dos Programas de Autocontrole (PACs) dos estabelecimentos; 10) Fiscalização das atividades dos médicos-veterinários de apoio pertencentes à empresas credenciadas ou convênios de prefeitura; 11) Auditorias dos estabelecimentos sob inspeção estadual; 	Empresas públicas, empresas privadas, médicos-veterinários responsáveis técnicos, médicos-veterinários habilitados e consumidor final	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
	<p>12) Combate a fraudes e clandestinidade;</p> <p>13) Ações de educação sanitária;</p> <p>14) Capacitação de médicos-veterinários e médicos-veterinários de apoio na área de inspeção;</p> <p>15) Apoio às pesquisas, pareceres e elaboração de minutas de projetos de lei relacionadas à produção de alimentos e segurança dos alimentos;</p> <p>16) Fomento à ampliação de comércio de produtos de origem animal no território catarinense e nacional por meio de adesões ao selo Sisbi;</p> <p>17) Reconhecimento, caracterização e avaliação de produtos de origem animal e de seu processo produtivo artesanal conforme características de identidade e qualidade específicas;</p> <p>18) Fomento, ampliação e autorização do comércio de produtos de origem animal fabricados de forma artesanal por meio do Selo ARTE;</p> <p>19) Promoção do desenvolvimento da agricultura familiar catarinense;</p> <p>20) Demais atividades inerentes à defesa agropecuária.</p>		

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Programa Novilho Precoce	<p>Trata-se de uma ação de estímulo ao trabalho de melhoramento animal, instituído pela Lei n.º 9.183, de 28 de julho de 1993, regularmente pelo Decreto n.º 2.908, de 26 de maio de 1998.</p> <p>Objetiva a viabilização da atividade pecuária através do aumento da produtividade; diminui o déficit de carne bovina do estado; gera maior renda e emprego no meio rural; e melhora a qualidade da carne ofertada através da redução da idade de abate, da tipificação das carcaças e do controle sanitário.</p> <p>As ações deste programa Novilho Precoce abrangem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Cadastrar as Unidades de Exploração de Propriedades (UEP) rurais interessadas em participar do programa; 2) Credenciar, por meio de auditoria, os abatedouros que manifestam interesse em participar do programa; 3) Capacitar os médicos-veterinários, por meio de treinamentos práticos e teóricos, para execução da tipificação de carcaças bovinas e operacionalização do programa; 4) Fiscalizar a atividade de tipificação de carcaças dos animais abatidos e operacionalização do programa nos abatedouros frigoríficos credenciados; 5) Analisar os dados relacionados à tipificação de carcaças e aos incentivos financeiros gerados, elaborando relatórios pertinentes com base nas informações obtidas. 	Agroindústrias, produtores rurais e consumidor final	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp
Análise de matéria-prima e produtos de origem animal e Credenciamento de Laboratórios	<p>Realização de análises laboratoriais de forma periódica de insumos e produtos acabados produzidos pelas empresas fiscalizadas, através de coletas fiscais realizadas pela Cidasc monitoramento e auto controle, realizadas pelas próprias empresas. As análises realizadas visam a avaliação da conformidade dos critérios microbiológicos e físico-químicos de matéria-prima e produtos de origem animal, da água de abastecimento e do gelo nas agroindústrias.</p> <p>As análises são realizadas em laboratórios credenciados junto à Cidasc e nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) vinculados ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).</p> <p>No ano de 2024, o Deinp publicou novo edital de credenciamento de laboratórios (Edital Deinp n.º 001/2024), ampliando sua rede de laboratórios credenciados e aumentando as exigências de</p>	Agroindústrias, laboratórios credenciados e consumidor final	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
	requisitos técnicos e de qualidade, necessários aos laboratórios para obter o credenciado. Através disso, a capacidade de obtenção de resultados com garantia da validade satisfatória para a tomada de decisões foi ampliada, melhorando a qualidade dos produtos produzidos pelas empresas fiscalizadas.		
Credenciamento de Empresas, Associações e cooperativas	Adoção do processo de credenciamento de empresas, associações e cooperativas para o fornecimento de profissionais médicos-veterinários que executam a inspeção de produtos de origem animal no serviço de inspeção industrial e sanitária das agroindústrias O credenciamento das Empresas, Associações e Cooperativas é regido pelo edital de credenciamento Cidasc n.º 001/2018. As ações do credenciamento abrangem: 1) Controle, auditoria e fiscalização dos procedimentos desenvolvidos pelas empresas, associações e cooperativas credenciadas; 2) Controle das atividades executadas pelos médicos-veterinários habilitados nos estabelecimentos registrados no Serviço Veterinário Oficial; 3) Auditoria e capacitação dos profissionais envolvidos; 4) Interação com empresas, associações e cooperativas credenciadas e outras instituições afins para sugestão e desenvolvimento de atividades conjuntas visando à proteção da saúde pública.	Agroindústrias, empresas, associações e cooperativas credenciadas e consumidor final	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp

<p>Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi)</p>	<p>Padronização e harmonização dos procedimentos de inspeção de produtos de origem animal possibilitando a equivalência dos serviços de inspeção existentes (federal, estadual e municipal). A equivalência dos serviços de inspeção promove a saúde pública, o combate à clandestinidade, a segurança e qualidade dos alimentos de origem animal, bem como a contribuição para o fortalecimento e desenvolvimento do setor agropecuário catarinense. O Serviço de Inspeção Estadual de Santa Catarina aderiu em 2013, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA). Tal condição permite que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar sua produção em todas as Unidades da Federação. As ações para adesão e manutenção ao Sisbi abrangem a análise de manifesto e de processos de solicitação de obtenção do selo Sisbi providos de agroindústrias com registro no Serviço de Inspeção Estadual,</p>	<p>Agroindústrias, Consórcios Públicos, Municípios e consumidor final</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp</p>
SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
	<p>consórcios públicos e municípios e auditorias de manutenção nos estabelecimentos. Estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Estaduais são supervisionados e auditados, com padrões e critérios, sendo que somente estabelecimentos que atingem a excelência no processo de elaboração de matérias primas e produtos, além de seguirem as determinações dos órgãos competentes e comprovarem a equivalência com o sistema de inspeção federal é que conseguem a adesão ao Sisbi.</p>		

Educação Sanitária

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Educação com alunos	Programas educativos Sanitarista Junior e Sanitarista Acadêmico	Alunos do ensino fundamental e alunos do ensino técnico e superior.	Departamento Estadual de Educação Sanitária - Desan, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - Dedev e Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp.
Educação a distância - EAD	Cursos EAD na ENA Virtual	Médicos-veterinários, Responsáveis Técnicos por agroindústrias e habilitados para serviços oficiais, e engenheiros-agrônomo e técnicos agrícolas emissores de receituário agrônômico	Departamento Estadual de Educação Sanitária - Desan, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - Dedev e Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp.
Educação com produtores rurais	Sanitarista Agropecuário	Produtores rurais	Departamento Estadual de Educação Sanitária - Desan, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - Dedsa, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - Dedev e Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Deinp.

PRINCIPAIS PROCESSOS DE APOIO

MACRO PROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Gestão de pessoas	Dotar os órgãos de quadro efetivo, qualificado e suficiente para permitir o atendimento à sociedade	Gestão da Folha de Pagamento	Empregados/Sociedade	Departamento Estadual de Gestão de Pessoas/Divisão de Gestão da Folha
		Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas		Supervisão de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas
		Segurança e Medicina do Trabalho		Supervisão de Segurança, Medicina e Bem-Estar no Trabalho
Gestão administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado	Gestão Econômico Financeira	Empregados/Cidadãos/ Usuários/Sociedade	Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira
		Gestão Patrimonial		Departamento Estadual de Gestão Patrimonial
		Planejamento Estratégico e Orçamentário		Departamento Estadual de Planejamento
		Comunicação com clientes internos e externos		Assessoria de Comunicação
		Gestão de Tecnologia		Departamento Estadual de Gestão de Tecnologia
		Controles Internos		Controle Interno e Ouvidoria
		Auditoria Interna		Auditoria Interna
		Gestão de compras		Departamento Estadual de Operações Comerciais
		Gestão Jurídica		Departamento Jurídico
		Conformidade e Gestão de Riscos		Supervisão de Conformidade e Gerenciamento de Riscos

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA

PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – EXERCÍCIO 2025

Programa	Público-Alvo	Objetivo	Dotação orçamentária 2025
0310 - Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro	Produtores rurais e atores da agroindústria	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva do setor agropecuário e pesqueiro catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, com produção sustentável, importação e exportação dos insumos e produtos agropecuários.	R\$ 735.488,00
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	Atores do agronegócio e consumidores	Promover a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente. Manter os rebanhos do Estado de Santa Catarina livres de doenças infectocontagiosas contempladas em programa de controle do Estado, visando manter e aperfeiçoar a sanidade.	R\$ 22.356.198,75
0330 - Santa Catarina Rural 2 - SC Rural 2	Pessoas no campo	Promover a sustentabilidade do espaço rural catarinense por meio do incremento da resiliência ambiental e adaptação às mudanças climáticas, da competitividade dos sistemas de produção e pela ampliação do acesso à inovação tecnológica para os agricultores familiares, com inclusão social.	R\$ 8.166.800,00
320 - Agricultura e Pesca Catarinense	Pessoas do campo	Promover o desenvolvimento rural e pesqueiro por meio do fomento às cadeias de valor, adequação das propriedades rurais à legislação e apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	R\$ 659.884,43
850 - Gestão de Pessoas	Servidores públicos estaduais	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.	R\$ 283.076.475,86
900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	Órgãos do Poder Executivo	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.	R\$ 25.589.014,28

DESPESA POR PROGRAMA DA UNIDADE GESTORA - EXERCÍCIO 2025

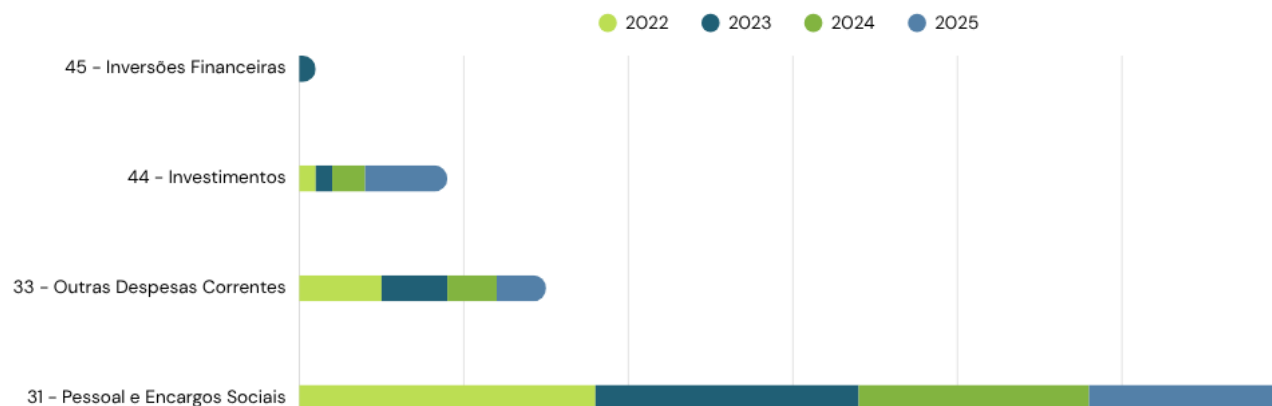
Programa Subação	Dotação Atualizada 2025	Empenhado 2025
315 - Defesa Sanitária Agropecuária		
14711 - Educação sanitária	R\$ 351.044,19	R\$ 128.074,24
1800 - Fiscalização de estabelecimentos inspecionados	R\$ 1.045.860,19	R\$ 388.894,07
2216 - Classificação de produtos de origem vegetal	R\$ 1.082.024,00	R\$ 102.020,63
2625 - Ações de Defesa Sanitária Vegetal	R\$ 6.428.587,66	R\$ 1.754.197,61
2967 - Ações de Defesa Sanitária Animal	R\$ 13.448.682,71	R\$ 10.713.230,14
320 - Agricultura e Pesca Catarinense		
15420 - Apoio a projetos de desenvolvimento rural e pesqueiro	R\$ 659.884,43	R\$ 659.655,30
850 - Gestão de Pessoas		
3451 - Encargos com estagiários - Cidasc	R\$ 166.250,00	R\$ 153.199,87
570 - Administração de pessoal e encargos sociais - Cidasc	R\$ 282.910.225,86	R\$ 282.583.447,17
900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo		
2555 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - Cidasc	R\$ 18.672.399,75	R\$ 13.655.247,53
3781 - Manutenção e modernização dos serviços de TI e comunicação - Cidasc	R\$ 6.916.614,53	R\$ 4.861.356,07
310 - Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro		
15719 - Apoio à aquicultura e pesca	R\$ 735.488,00	R\$ 735.488,00
330 - Santa Catarina Rural 2 - SC Rural 2		
16189 - Fortalecer as Instituições pelo SC Rural 2 - Cidasc	R\$ 4.066.800,00	R\$ 0,00
16190 - Ampliar acesso aos bens e serviços públicos pelo SC Rural 2 - Cidasc	R\$ 4.100.000,00	R\$ 0,00
Total Geral	R\$ 340.583.861,32	R\$ 315.734.811,23

Fonte: Sigef

RECURSOS APLICADOS POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (DOS PROGRAMAS DA UNIDADE GESTORA) - EXECUÇÃO 2022 A 2025

Gastos por Grupo de Natureza de Despesas *Despesas Liquidadas	2022	2023	2024	2025	Total Geral
31 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 229.863.840,63	R\$ 240.168.669,46	R\$ 246.604.045,75	R\$ 2618.981,34.58	R\$ 978.225.537,18
33 - Outras Despesas Correntes	R\$ 36.656.277,27	R\$ 36.781.948,59	R\$ 42.875.692,83	R\$ 44.589.239,33	R\$ 160.903.158,02
44 - Investimentos	R\$ 26.153.592,69	R\$ 3.386.524,99	R\$ 3.496.435,63	R\$ 2.164.075,93	R\$
45 - Inversões Financeiras		R\$ 5.595,75			R\$ R\$ 5.595,75
Total Geral	R\$ 292.673.710,59	R\$ 280.342.738,79	R\$ 292.976.174,21	R\$ 308.342.296,60	R\$ 1.174.334.920,19

Fonte: Sigef



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS - EXECUÇÃO 2025

Inspeção de Produtos de Origem Animal

Programa é um instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema, atendimento de necessidade ou demanda da sociedade, ou aproveitamento de oportunidade.

PROGRAMAS IMPLEMENTADOS

Programa	Implementação
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	Realização de ações preventivas e também de inspeção e fiscalização direcionadas para manutenção da sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, bem como de seus produtos e subprodutos; para idoneidade dos insumos agropecuários; para garantia de aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservação da saúde humana e do meio ambiente.

RESULTADOS

Programa	Resultados
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	<ul style="list-style-type: none">- Manutenção do reconhecimento internacional como Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação e Área Livre de Peste Suína Clássica pela Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa);- Enfrentamento preventivo da Influenza Aviária: 216 investigações, com resposta rápida a foco isolado.- Reforço à biossegurança na suinocultura com a Portaria n.º 50/2025 e lançamento do Programa Biossegurança Animal.- Recebimento de missões técnicas internacionais (Chile, Peru e Japão), validando o sistema sanitário catarinense.- Manutenção do status livre de pragas como <i>Cydia pomonella</i>, Fogo Bacteriano, Moko da bananeira e Cancro da Videira;- Recorde na coleta de amostras de produtos de origem vegetal: 1.141 amostras com índice de conformidade de 90,3% no programa estadual.- Adesão de 16 novas agroindústrias ao Serviço de Inspeção Estadual, totalizando 471 estabelecimentos ativos sob inspeção estadual;- 154 agroindústrias habilitadas ao Sisbi-POA, sendo 21 novas adesões em 2025;- Valorização dos Produtos Artesanais - Selo ARTE com a concessão de 179 novos registros do Selo ARTE, totalizando 442 certificações;- Educação Sanitária e Fortalecimento da Cultura de Prevenção: Mais de 2.400 ações educativas (cursos, palestras, treinamentos e mídias), 1.512 educandos no Programa Sanitarista Acadêmico e 4.500 educandos no Programa Sanitarista Junior.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Programa	Avaliação
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	<p>O Programa de Defesa Sanitária Agropecuária é fundamental para assegurar a qualidade e a competitividade dos produtos catarinenses nos mercados nacional e internacional. Por meio dessa iniciativa, o Estado de Santa Catarina mantém um rigoroso controle sobre a sanidade animal e vegetal, garantindo a saúde dos rebanhos e das lavouras, além de fiscalizar a idoneidade dos insumos agropecuários utilizados na produção. O programa também atua na vigilância dos aspectos higiênico-sanitários dos alimentos, assegurando que os produtos cheguem ao consumidor final com segurança e qualidade. Graças a esse compromisso com a sanidade agropecuária, Santa Catarina é reconhecida como zona livre de diversas doenças animais, como a Febre Aftosa sem Vacinação, o que abre portas para a exportação e fortalece a economia do estado.</p> <p>O crescente número dos indicadores de ampliação de mercados como o Selo ARTE e o Sisbi, representam bons resultados que refletem não apenas o atendimento aos critérios de qualidade e boas práticas de fabricação na produção dos alimentos, como também uma forte possibilidade de crescimento do setor da agroindústria. Junto a isso, os esforços conjuntos para o combate à clandestinidade e demais atividades que visam melhorias nos controles sanitários, aliados às estratégias para o aumento do quadro de pessoal da Cidasc, são medidas que fortalecem o serviço oficial agropecuário como um todo, garantindo a excelência e comprometimento nas entregas à população.</p> <p>Em 2025, a Cidasc consolidou suas ações de Educação Sanitária ao capacitar mais de 6.000 alunos por meio dos programas Sanitarista Junior e Acadêmico, em parceria com 143 instituições de ensino. A companhia também registrou um alcance massivo com 75.800 orientações de rotina e 2.400 ações educativas em mídias e eventos, além de qualificar 321 médicos-veterinários através do projeto Vet Consciente. No âmbito do ensino a distância, foram oferecidos 28 cursos que resultaram na emissão de mais de 4.100 certificados, com destaque para a área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, reforçando o compromisso da instituição com a Saúde Única em todo o estado.</p>

Programa	Indicadores do Programa
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	<p>Amostras de origem vegetal e insumos em conformidade. Valor de apuração 2025: 90,34%;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Índice de conformidade das amostras oficiais de produtos de origem animal. Valor de apuração 2025: 88,49%; - Atendimento a notificação de suspeita de doenças emergenciais dentro do prazo. Valor de apuração 2025: 94,12%; - Conformidade das amostras de sementes. Valor de apuração 2025: 77,63%; - Índice de atendimento da frequência de fiscalização em estabelecimentos baseada em risco. Valor de apuração 2025: 98,19%; - Percentual de propriedades atendidas. Valor de apuração 2025: 11,71%; - % de execução dos programas de vigilância em saúde animal. Valor de apuração 2025: 100%; - Agroindústrias com ampliação de mercado comercial (Sisbi e/ou Selo ARTE). Valor de apuração 2025: 361.

IMPACTOS CAUSADOS NA SOCIEDADE

Programa	Impactos
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	Os impactos percebidos incluem a redução do êxodo rural, a geração de renda para o produtor, o fortalecimento da segurança alimentar para os consumidores, a ampliação dos mercados para pequenas agroindústrias e o aumento do conhecimento sobre sanidade animal e vegetal e inspeção de produtos de origem animal por meio de programas de educação sanitária. Além disso, o bem-estar animal foi promovido e o controle de zoonoses trouxe benefícios diretos para a saúde pública.

CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS - EXERCÍCIO 2025

Contingenciamento de despesas no exercício 2025 (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.

Fonte de Recurso	Orçamento Atualizado	Programado + DC recebidas	Saldo contingenciado
1500100000	R\$ 305.928.187,00	R\$ 317.255.014,92	R\$ -11.326.827,92
1753219000	R\$ 5.099.158,00	R\$ 4.460.059,00	R\$ 639.099,00
1501240000	R\$ 1.908.558,00	R\$ 1.698.917,00	R\$ 209.641,00
1501260000	R\$ 11.071,00		
1501269000	R\$ 629.563,00	R\$ 516.000,00	R\$ 113.563,00
1759266000	R\$ 486.303,94		Descentralização
1799269000	R\$ 1.767.672,00	R\$ 902.519,00	R\$ 1.467.114,67
1501280000	R\$ 25.015,00		



Fonte de Recurso	Orçamento Atualizado	Programado + DC recebidas	Saldo contingenciado
1756298000	R\$ 3.320.000,00	R\$ 29.926,20	R\$ 3.290.073,80
1749285000	R\$ 1.995,95		
1754192000	R\$ 6.216.800,00		
2500100000	R\$ 735.488,00		
2501240000	R\$ 2.179.674,28	R\$ 2.179.674,28	não se aplica
2501260000	R\$ 5.982,91		
2501269000	R\$ 1.085.722,68	R\$ 1.085.722,68	não se aplica
2799269000	R\$ 1.212.179,98	R\$ 1.212.179,98	não se aplica
2501280000	R\$ 448,98		



Fonte de Recurso	Orçamento Atualizado	Programado + DC recebidas	Saldo contingenciado
2700228000	R\$ 221.837,62	R\$ 221.837,62	não se aplica
2753219000	R\$ 5.495.121,91	R\$ 5.490.502,65	R\$ 4.619,26
2749285000	R\$ 62.536,17	R\$ 62.536,16	R\$ 0,01
2756298000	R\$ 1.964.864,97	R\$ 1.964.864,97	não se aplica
2759266000	R\$ 173.580,49		
7500100000	R\$ 1.950.000,00		
8753219000	R\$ 108.082,35	R\$ 108.082,35	não se aplica
Total Geral	R\$ 340.583.861,32	R\$ 337.187.836,81	R\$ -5.602.717,18

Fonte: Sigef

RAZÕES PARA CONTINGENCIAMENTO

Em 14 de fevereiro de 2025, foi publicado o Decreto n.º 844, que aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal do desembolso de recursos estaduais para o exercício. Tal documento reflete o planejamento financeiro para o exercício de 2025, por meio do qual são fixadas as cotas mensais de programação financeira, correspondentes aos limites de empenhamento das unidades gestoras, fonte de recurso. A programação financeira é elaborada a partir de amplo estudo que considera, dentre outras variantes, a execução orçamentária ordinária das unidades gestoras em períodos anteriores, a tendência de comportamento da arrecadação, e o contexto econômico local, regional, nacional e mundial. Os valores financeiros referentes às fontes relacionadas a convênios com o Governo federal e de financiamentos são contingenciados na sua totalidade, e liberados no curso do ano na medida em que se verifica o ingresso dos recursos nas respectivas contas bancárias. Com relação ao contingenciamento da fonte 0.100, sobre a qual a Cidasc não tem ingerência direta, pois é fonte de receita advinda do Tesouro Estadual, as razões se devem a decisões inerentes ao Governo do Estado. Nos quadros acima estão detalhados o orçamento autorizado, a programação financeira liberada e o saldo contingenciado. Na sequência, os efeitos provocados pelo contingenciamento nos resultados planejados pela unidade jurisdicionada.

EFEITOS PROVOCADOS

Não houve efeitos negativos na execução das atividades finalísticas da Cidasc com relação aos valores contingenciados. Apenas no tocante ao repasse da fonte 0.100, que teve um repasse menor do que a prevista, necessitando a Cidasc utilizar mais recursos de outras fontes para o custeio.

Processos administrativos de autos de infração emitidos pela Cidasc e não avaliados pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, impactou no contingenciamento da fonte 1799269000.

A não realização do leilão de inservíveis previsto para o exercício impactou no contingenciamento da fonte 1756298000, mesmo tendo sido realizada a venda do terreno de Chapecó que impacta a mesma fonte de recursos.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não constam passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não constam restos a pagar por mais de um exercício financeiro.

3. ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL EM 2025

Comparação das metas físicas e financeiras previstas e realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente.

OBJETOS DE EXECUÇÃO - ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2025

Subação	Objeto/Execução	Produto	Unid. de Medida	Previsto Físico	Realizado Físico	%	Planejado	Liquidado
1800	2024.01 - Fiscalização em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade	Estabelecimento inspecionado	unidade	2.000	2.713	135%	1.003.830	R\$ 388.894
2216	2024.03 - Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Certificados emitidos	unidade	1.745	1.412	81%	564.541	R\$ 102.020
2625	2024.04 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras	Fiscalização realizada	unidade	7.000	6.628	95%	3.824.617	R\$ 1.754.197
2967	2024.05 - Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de animais e produtos de origem animal	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas	unidade	25.500	26.377	103%	8.404.723	R\$ 10.713.230
14711	2024.06 - Realização de eventos na área da Educação Sanitária	Pessoas capacitadas	unidade	4.500	6.012	134%	54.000	R\$ 128.074

4. GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 2025

Composição do quadro de servidores ativos		Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade			Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e terceirizados		
TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO	Escolaridade	Quantidade	%	TIPOLOGIA DOS CARGOS	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.246	Fundamental incompleto	22	1,53%	1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	295	1011
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.091	Fundamental completo	36	2,51%	1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	199	892
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	155	Médio completo	476	33,19%	1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	36	119
2. Servidores com Contratos Temporários	42	Médio incompleto	28	1,95%	2. Servidores com Contratos Temporários	24	18
3. Servidores Terceirizados	146	Superior incompleto	71	4,95%	3. Servidores Terceirizados	144	2
Total de Servidores (1+2+3)	1.434	Superior completo	659	45,96%	Total de Servidores (1+2+3)	403	1031
		Especialização completa	94	6,56%			
		Mestrado completo	36	2,51%			
		Doutorado completo	12	0,84%			

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade		Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade			Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço				
CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	QUANTITATIVO	Idade	Quantidade	%	Até 5 anos				
1. Cargos em Comissão	5	Até 24 anos	78	5,43%	De 6 a 10 anos	413	28,80%		
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	De 25 a 34 anos	126	8,77%	De 11 a 15 anos	133	9,27%		
1.3. Servidores vinculados a Outros Órgãos	0	De 35 a 44 anos	377	26,32%	De 16 a 20 anos	158	11,02%		
1.4. Sem Vínculo	1	De 45 a 54 anos	468	32,66%	De 21 a 25 anos	540	37,66%		
1.5. Aposentados	0	Mais de 55 anos	385	26,82%	Mais de 25 anos	50	3,49%		
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2)	86	Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero			Mais de 25 anos	140	9,76%		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	86								
2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos	0								
Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	91	Masculino	851	59,34%					
		Feminino	583	40,66%					

POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL

A política de capacitação e treinamento de pessoal seguem as orientações do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e do Plano Gerencial (PG), e estão alinhadas às Normas de Capacitação da Cidasc. A qualificação profissional dos empregados da Cidasc deve proporcionar a promoção do desenvolvimento pessoal, por meio de sua qualificação e aperfeiçoamento técnico. As ações de capacitação devem estar sintonizadas com a missão e os objetivos da companhia, devendo ainda ser planejadas e implementadas de forma a atender as áreas meio e fim, contribuindo para a excelência da companhia e acompanhando as modernizações e atualizações normativas e de processos. As Normas de Capacitação da Cidasc tem como objetivos gerais: elevar os níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados pela empresa, promover a valorização e o desenvolvimento profissional dos empregados, apoiar o planejamento e o desenvolvimento institucional, favorecendo o aprimoramento de competências individuais e coletivas, articular as políticas de qualificação profissional com os objetivos da empresa, integrar as necessidades individuais e organizacionais aos aspectos de qualificação e desenvolvimento de pessoas.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANO

O indicador utilizado atualmente pela empresa na Avaliação de Resultados é a participação de funcionários na área meio (número de funcionários na área meio/número total de funcionários). O anexo III, do PCCS - Avaliação de Resultado também considera indicadores de desempenho operacional do plano de trabalho.

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL – VALORES

Vínculo *	Despesa mensal da folha de pagamento por vínculo/mês **												TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	17126400,97	15471926,32	15535275,12	15615405,74	15517617,34	1587028,22	16836053,97	15580137,76	17324676,06	18276720,38	19356166,90	22833628,13	205344292,91
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	23659,04	31289,84	31631,49	29380,64	29380,64	39955,04	28511,85	44072,80	36140,65	34233,45	36140,65	53419,08	417813,17
Estagiários	14499,62	13520,24	14256,67	13299,34	12312,32	12756,66	13873,33	11945	10443,34	11350	13043,35	10150	151449,87
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	7198,86	7198,86	3642,25	3642,25	4507,11	3642,25	3642,25	3642,25	4722,57	3860,07	4738,11	4738,10	55174,93
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	1996034,18	1532887,52	1654340,05	1761368,05	1863542,50	1790578,46	1956922,97	1809408,58	2277284,13	1921485,64	2188244,25	2815271,15	23567367,48
Jovem Aprendiz	49.367,66	50.179,06	49.997,99	51.055,40	49.720,44	49.213,74	44.511,06	47.404,25	52.088,86	50.983,89	53.601,63	52.658,74	600.782,72
Total	19167792,67	17056820,78	17239145,58	17423096,02	17427359,91	17717216,63	18839004,37	17449206,39	19653266,75	20247649,54	21598333,26	25717206,46	229536098,36

NOTAS: * Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos. ** Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatórios integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestoras do Estado, a previdência complementar SC Prev.

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - QUANTIDADE

Vínculo	Quantidades/Mês*											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	1031	1029	1027	1026	1021	1022	1016	1010	1006	1015	1014	1013
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	11	11	10	11	12	12	12	12	12	12	12	12
Estagiários	26	27	26	22	21	20	21	29	30	29	22	16
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	7	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Jovem Aprendiz	31	32	32	32	31	30	31	33	32	31	33	33
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	89	87	87	87	89	88	88	88	88	88	88	87
Total	1165	1161	1157	1153	1150	1149	1144	1145	1143	1151	1143	1135

Fonte: Relatório SIGRH (“Informações anuais para TCE ano 2025”)

Obs.: Esta tabela não apresenta os dados referentes: a) aos empregados conveniados de prefeituras que atuam na defesa agropecuária e área meio; b) os jovens aprendizes contratados indiretamente pelo CIEE; c) os empregados terceirizados.

DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções)	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquidada Anual
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
COPEIRA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
ENCARREGADO - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
JARDINEIRO - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
MOTORISTA - 08 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
MOTORISTA DE REPRESENTAÇÃO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
APOIO ADMINISTRATIVO I 06 horas	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	30	
APOIO ADMINISTRATIVO II 08 horas	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	
ZELADOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
SERVENTE - 08 horas	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	32	
VIGILÂNCIA - 24 horas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
Total	91	91	91	91	91	91	91	91	91	91	91	89	R\$ 6.559.320,29



* Informamos que nos valores pagos no exercício de 2025, estão inclusos os valores de repactuação da empresa Triângulo, no período de 01/01/2025 a 31/07/25, referente ao 4º apostilamento no valor de R\$ 49.925,65 e de 30/08/2025 a 31/12/2025 o qual se refere ao 5º apostilamento, no valor de R\$ 115.487,38 e o reajuste de vale transporte de Rio do Sul, 6º apostilamento no valor de R\$ 91,57.

** Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira, etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo o preenchimento do valor anual de cada posto.

DEMONSTRATIVO DE POLÍTICA DE IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - 1º Semestre 2026
Empregador: 83.807.586/0001-28 / Quant. de trabalhadores ativos em 31/12/2025: 967

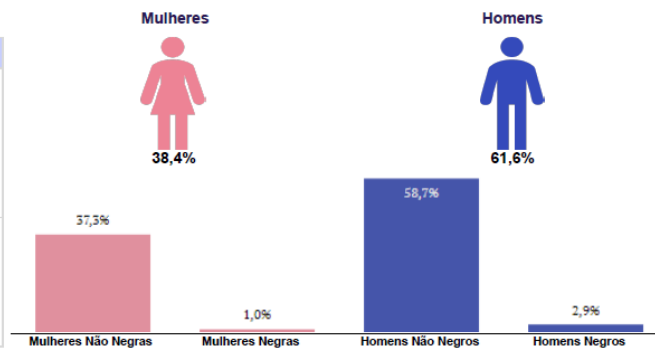


Diferença salarial entre mulheres e homens

- O salário contratual mediano das mulheres equivale a 155,8% do recebido pelos homens.
- A remuneração média mensal das mulheres equivale a 110,9% da recebida pelos homens.

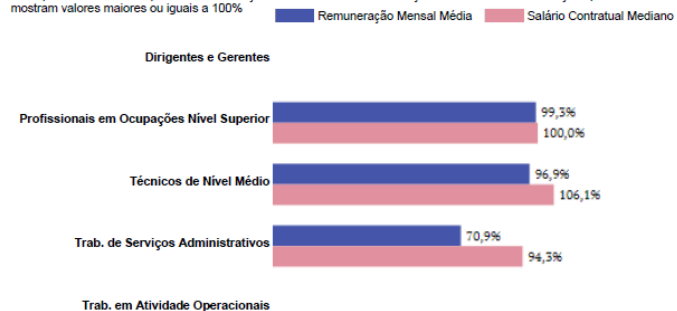
Indicador	Definição	Razão M/H
Salário Contratual Mediano	Salário mediano para Mulheres (M) Salário mediano para Homens (H) Razão M / H = quanto o salário das mulheres equivale ao salário dos homens, em %	155,8%
Remuneração Mensal Média	Número Total de Homens = Remuneração Mensal Média para Homens (H) Número Total de Mulheres = Remuneração Mensal Média para Mulheres (M) Razão M / H = quanto a remuneração das mulheres equivale à remuneração dos homens, em porcentagem (%)	110,9%

Composição do total de empregados por sexo e raça/cor



Diferença salarial entre homens e mulheres, por grandes grupos ocupacionais

São apresentadas em % quanto a remuneração das mulheres vale em relação à dos homens. As situações positivas mostram valores maiores ou iguais a 100%



Para cada grupo de ocupação que não apresenta cálculo da diferença, para salário de contratação ou para remuneração média, pode ter ocorrido um dos seis motivos: (1) por ter menos de três mulheres; (2) por ter menos de três homens; (3) por não ter mulheres; (4) por não ter homens; (5) por não ter três homens nem três mulheres naquele grupo ocupacional; (6) por não ter nem homens nem mulheres naquele grupo ocupacional.

Critérios de remuneração e ações para garantir diversidade

Critérios remuneratórios	
Plano de Cargos e Salários ou Plano de Carreira	Re
Cumprir metas de produção	
Disponibilidade para horas extras, reuniões com clientes e viagens	
Disponibilidade de pessoa em ocupações específicas	
Tempo de experiência profissional	Re
Capacidade de trabalho em equipe	Re
Proatividade, desenvolvimento de ideias e sugestões	Re
Ações para aumentar a diversidade	
Ações de apoio a compartilhamento de obrigações familiares para ambos os sexos	Re Re Re
Políticas de contratação de mulheres (negras, com deficiência, em situação de violência, chefes de família, LGBTQIA+, Indígenas)	
Políticas de promoção de mulheres para cargos de direção e gerência	

Fonte: MTE – eSocial, RAIS Mensal (Dezembro/2025) e Portal Emprega Brasil (Fevereiro/2026).

Nota: Os vínculos ativos correspondem à competência de dezembro de 2025, enquanto as remunerações consideram o período de janeiro a dezembro de 2025. As demais informações complementares foram coletadas em fevereiro de 2026.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA CARGOS DE GESTÃO 2024/2025

2024

Nível	Mulheres	Homens	% Mulheres
Presidência	1	0	100,00%
Diretorias	3	1	75,00%
Conselho de Administração	0	4	0,00%
Conselho Fiscal	2	4	33,33%
Departamentos Estaduais e equiparados	6	9	40,00%
Departamentos Regionais	5	13	27,78%
Departamentos Estaduais + Regionais	11	22	33,33%
Divisões Estaduais	5	8	38,46%
Divisões Regionais	5	14	26,32%
Divisões Estaduais + Regionais	10	22	31,25%
Supervisões	9	8	52,94%

*Dados de dezembro de 2024.

2025

Nível	Mulheres	Homens	% Mulheres
Presidência	1	0	100,00%
Diretorias	3	1	75,00%
Conselho de Administração	1	5	16,67%
Conselho Fiscal	2	4	33,33%
Departamentos Estaduais e equiparados	7	8	46,67%
Departamentos Regionais	4	15	21,05%
Departamentos Estaduais + Regionais	11	23	32,35%
Divisões Estaduais	5	8	38,46%
Divisões Regionais	4	15	21,05%
Divisões Estaduais + Regionais	9	23	28,13%
Supervisões	7	10	41,18%

*Dados de dezembro de 2025.

REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL DA UNIDADE GESTORA

Cargo	Remuneração/Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Diretoria:	1.973.024,28				1.203.829,01
Presidente	297.726,70	-	-	-	200.253,80
Diretor(a) Administrativo e Financeiro	282.479,91	-	-	-	160.101,09
Diretor(a) de Defesa Agropecuária	394.352,56	-	-	-	248.168,78
Diretor(a) de Planejamento e Inovação	326.769,30	-	-	-	223.609,53
Diretor(a) Institucional	371.695,81	-	-	-	371.695,81
Conselho Fiscal:	51.286,21				47.342,81
Conselheiro (a)	17.482,63	-	-	-	15.559,57
Conselheiro (b)	14.303,97	-	-	-	12.730,51
Conselheiro (c)	6.610,15	-	-	-	6.357,32
Conselheiro (d)	12.889,46	-	-	-	12.695,41
Conselho de Administração:	84.409,32				82.357,56
Conselheiro (a)	14.303,97	-	-	-	14.032,58
Conselheiro (b)	17.657,46	-	-	-	17.471,93
Conselheiro (c)	17.482,63	-	-	-	17.471,93

Cargo	Remuneração/Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Conselheiro (d)	4.767,99				4.593,16
Conselheiro (e)	12.714,64				11.305,33
Conselheiro (f)	1.589,33				1.589,33
Conselheiro (g)	15.893,30				15.893,30
Total	1.808.719,81				1.333.529,38

NOTAS:

* Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei n.º 6.404/1976). Jeton: Gratificação pela participação em reuniões de órgãos de deliberação coletiva da administração centralizada e autárquica, conforme definido em lei ou no estatuto do órgão ou entidade.

** Despesa Líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).

5. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

O Departamento Estadual de Gestão Patrimonial (Depat), subordinado à Diretoria Administrativa e Financeira, é composto pelas Supervisões de Gestão do Patrimônio (Sepat), Gestão de Veículos (Sevei) e Gestão de Serviços (Seser), responsáveis pela administração patrimonial, operacional e de infraestrutura da Cidasc, assegurando suporte às atividades finalísticas da companhia.

Em 2025, a Cidasc formalizou Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Administração, garantindo apoio técnico especializado para a execução de serviços de engenharia voltados à manutenção predial.

A parceria viabilizou a realização de licitação que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 6825 - Manutenção Predial, abrangendo a Sede Administrativa, em Florianópolis, e os Departamentos Regionais de Canoinhas, Itajaí, Mafra, Rio do Sul e Tubarão.

A iniciativa consolidou um modelo mais planejado e padronizado de contratação. No exercício, foi executado o primeiro contrato decorrente da Ata, com serviços preventivos e corretivos na Sede, incluindo manutenção da cobertura para mitigação de infiltrações, além da pintura externa do edifício.

Principais resultados do exercício

Gestão Patrimonial (Sepat)

- Condução do processo de alienação de imóveis, com destaque para a venda de unidade em Chapecó.
- Estruturação de leilão de bens móveis inservíveis (veículos, equipamentos eletrônicos e demais bens), promovendo racionalização de espaços e redução de custos.
- Aquisição de 131 aparelhos de ar-condicionado para modernização das unidades e melhoria das condições de trabalho.
- Apoio às ações institucionais por meio da aquisição de kits para eventos.

Gestão de Serviços (Seser)

- Condução de novo processo licitatório para serviços terceirizados, com transição contratual realizada de forma segura e garantindo a continuidade dos serviços essenciais.
- Implantação de novo contrato de vigilância patrimonial.
- Execução sistemática de manutenções preventivas e corretivas nas instalações prediais.
- Implementação de melhorias estruturais, incluindo adequações de acessibilidade e medidas de racionalização de insumos.

Gestão de Veículos (Sevei)

- Monitoramento permanente da frota por meio de sistemas integrados de gestão.
- Manutenção da política de revisões preventivas semestrais e preparação de novo modelo contratual para aprimoramento da governança da frota.
- Avanços na modernização da frota, com destaque para o Programa Olho Bom - Invicta (aquisição de 40 camionetes para reforço da fiscalização agropecuária) e previsão de renovação com veículos automáticos em 2026.
- Apoio logístico às operações institucionais, incluindo transporte de amostras e distribuição de materiais.

BENS MÓVEIS

A ampla presença da Cidasc em todo o território catarinense - por meio do Escritório Central, Departamentos Regionais, Escritórios Locais e Barreiras Sanitárias - exige gestão estruturada de bens móveis e infraestrutura para atendimento às demandas da Defesa Agropecuária, referência nacional e internacional em sanidade.

Quanto à frota, a **companhia** mantém aproximadamente 600 veículos em operação, posicionando-se entre as maiores do Estado de Santa Catarina. O quantitativo já considera as aquisições vinculadas ao Projeto Invicta e as ações de renovação previstas. Paralelamente, está em preparação leilão de veículos e bens móveis inservíveis, reforçando a política de modernização, racionalização de recursos e eficiência operacional.



BENS IMÓVEIS

A Cidasc mantém em seu acervo imobiliário unidades que asseguram suporte às atividades administrativas e operacionais em todo o Estado. Entre os principais imóveis próprios, destacam-se o Escritório Central, no bairro Itacorubi, em Florianópolis, e os prédios que abrigam os Departamentos Regionais de Campos Novos, Rio do Sul, Tubarão, e São Miguel do Oeste, além de unidades locais e Postos Fixos de Fiscalização fitossanitária.

A companhia também disponibiliza imóveis a outros órgãos estaduais, como a Polícia Civil de Santa Catarina, a Polícia Militar de Santa Catarina, a Ceasa/SC e prefeituras municipais.

Complementarmente, para viabilizar suas atividades institucionais, a Cidasc utiliza imóveis de terceiros por meio de convênios, cessões de uso e contratos de locação, garantindo capilaridade e atendimento às demandas da Defesa Agropecuária em todo o território catarinense.

6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A gestão da tecnologia da Informação da Cidasc é gerida pelo Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia da Informação - Deget, que é constituído por uma divisão e duas supervisões, que compreendem profissionais ligados às áreas de Tecnologia, Redes, Telecomunicações, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário, subordinados à diretoria de Planejamento e Inovação

DEGET - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA

Em 2025, a Deget intensificou a modernização tecnológica, o fortalecimento da governança de dados e a ampliação da infraestrutura de TI da Cidasc. Destacam-se os resultados:

◇ Sistemas e Transformação Digital

- Aperfeiçoamento e correções no sistema de defesa agropecuária **Sigen+**.
- Consolidação do **Projeto Conecta.Cidasc** como sistema de apoio às atividades técnicas, integrando formulários digitais, registros de campo e banco de dados centralizado.
- Integração com a Secretaria da Fazenda para emissão de Dare com pagamento via PIX, facilitando a compensação para o produtor rural.
- Criação do alerta “**SMS Molubis**” para comunicação sobre atualizações no monitoramento de moluscos.
- Desenvolvimento de novo painel de indicadores e metas, com uso de data lake e engenharia de dados.
- Nova licitação para contratação de empresa de desenvolvimento de sistemas (manutenção do Sigen+, sistemas administrativos, BI e aplicativo).
- Desenvolvimento de BI para análise de dados, desenvolvendo telas e site para publicação e acesso.
- Manutenção e melhorias implementadas nos sistemas administrativos, decorrentes de alteração na legislação Trabalhistas/Tributárias nos âmbitos federal, estadual e municipal.

◇ Infraestrutura e Equipamentos

- Renovação de contratos de máquinas virtuais e da plataforma de área de trabalho digital no Ciasc.

- Aquisição de:
 - 53 *access points* (ampliação do wi-fi);
 - 566 monitores (processo licitatório);
 - 14 *switches* (substituição de equipamentos de 2016);
 - Processo para 200 notebooks, 10 computadores e 130 tablets;
 - Início de licitação para *outsourcing* de impressoras; e
 - 2 servidores para modernização do datacenter e substituição de equipamentos antigos.

◇ **Gestão e Governança**

- Atualização do planejamento estratégico do Departamento (“Planejamento Deget 2025-2029”, versão 3).
- Aprovação de concurso para 13 vagas na área de TI (SGP-e 6753/2023), visando recomposição e fortalecimento da equipe.

DADOS - COMPARATIVO ENTRE 2019 E 2025 DE USO DOS SISTEMAS:

Atividade	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
E-relacionamento(chamado) finalizados	11400	11000	10800	11800	13500	13216	13953
GTAs emitidas	1343879	1351484	1412719	1433447	1451930	1598860	1602884
Números de Atestados de exame PNCEBT registrados no SIGEN+	29679	35545	40593	38260	46318	41992	36992
Números de CFO's emitidos	39334	35528	35036	34007	38353	37215	35339
Números de CFOC's emitidos	37235	31611	33790	34956	39994	40713	38451
Números de outros Atestados de exame registrados no SIGEN+	111988	57910	80199	117033	120176	148590	153553
Números de PTVs emitidas	72696	65768	77723	74791	78830	78000	77350
Produtores primários que aderiram ao e-origem	2168	1034	867	549	461	365	331
Produtos cadastrados no e-origem	21	34	18	24	19	9	1
Receituários Agrônômicos emitidos	1212007	644127	1264098	1135512	1496507	1644690	1388610
Total usuários Ativos	225522	245824	265081	281725	362793	377194	389636
UEPs Ativas	670699	652109	653506	667313	694260	729491	698473
usuários:Agroindústria	1046	1477	1627	1776	1844	1963	2087
usuários:Apoio Agropecuário	510	584	672	717	801	760	766
usuários:Colaboradores	1410	1348	1327	1444	1450	1429	1452
usuários:Fiscal Federal	101	100	113	108	113	118	119
usuários:Médico Veterinário	1754	2076	2333	2577	3130	3425	3690
usuários:Outros	6231	7046	8278	9145	8759	9543	10402
usuários:Produtores	214470	233193	250731	265958	346696	359956	371120

7. TERMOS DE PARCERIA

TERMO DE MÚTUA COLABORAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO N.º 002/2025

TERMO DE MÚTUA COLABORAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, obedecidas as disposições da Lei Federal de Inovação n.º 10.973, de 02 de dezembro de 2004, com as alterações, Lei Estadual de Inovação n.º 14.328, de 15 de janeiro de 2008, e Portaria Fapesc n.º 53/2023

Dados da entidade parceira: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAPESC. CNPJ: 01.682.869/0001-26. Fundação pública estadual.

N.º e data da celebração: TERMO DE MÚTUA COLABORAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO N.º 002/2025. Florianópolis/SC.

Objeto: Implantação de práticas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação por meio da elaboração e execução, conjunta ou não, de Editais, Programas e Projetos, buscando o avanço e o fortalecimento da Ciência, Pesquisa, Tecnologia e Inovação, bem como da própria gestão pública. Baseia-se em colaboração e cooperação para o desenvolvimento de editais, programas, projetos e processos inovadores com focos específicos no avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado de Santa Catarina, além de permitir a articulação da CTI na integração dos órgãos públicos e suporte às demandas e necessidades do sistema aplicado à gestão pública do estado de Santa Catarina. Os propósitos desta iniciativa convergem para o fortalecimento da gestão pública baseada em projetos e processos inovadores com focos específicos na melhoria do serviço público, permitindo a articulação da ciência, tecnologia e inovação na integração dos órgãos públicos.

Instrumento jurídico vinculado: Termo de Compromisso (Resolução Fapesc n.º 02/2024 e Resolução Fapesc n.º 03/2024)

Vigência: 48 (quarenta e oito) meses a partir da data de publicação, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses por meio de termo aditivo. Publicação: 12/05/2025.

Valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade): R\$ 1.080.000,00

Entregáveis previstos no edital de chamada pública para o monitoramento dos resultados esperados: Concept paper para formulação de políticas públicas e *Policy paper* para formulação de políticas públicas.

Foi celebrado Termo de Colaboração com a Fapesc, considerando que compete à Fundação apoiar e promover a realização de estudos, executar e divulgar programas e projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação - individuais ou institucionais - por iniciativa própria ou em parceria com instituições públicas e privadas, possibilitando o desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei Complementar n.º 741, de 12 de junho de 2019.

Destaca-se, ainda, que a parceria se justifica pelo fato de que, entre os objetivos institucionais da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, encontram-se o fomento a soluções de tecnologia da informação e comunicação voltadas à ciência, tecnologia e inovação, inclusive para a administração pública; o incentivo ao desenvolvimento tecnológico inovador das empresas catarinenses e de organizações públicas ou privadas; e a promoção, no âmbito do Estado, da interação entre instituições científicas, setor produtivo, governo e sociedade.

No exercício de 2025, o Termo de Mútua Colaboração firmado com a entidade parceira não teve execução no período, não havendo, portanto, repasse de recursos financeiros no período.

Em razão da ausência de execução física e financeira, não há valores mensais a informar, tampouco demonstrativos relativos a indicadores pactuados, monitoramento de metas estabelecidas ou aferição de resultados.

8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informações sobre licitações e contratos: a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação; b) indicação do órgão de Imprensa Oficial.

VALORES ANUAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS POR MODALIDADE

Modalidade/Forma	Exercício:			2025
	Despesa Liquidada Anual			Total Anual: (A + B + C)
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Convite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Tomada de Preço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão Presencial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão Eletrônico	R\$ 1.396.902,54	R\$ 4.436.637,40	R\$ 27.573.214,75	R\$ 33.406.754,69
Dispensa de Licitação por valor	R\$ 223.547,47	R\$ 772.804,40	R\$ 2.009.276,39	R\$ 3.005.628,26
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.347.486,09	R\$ 2.347.486,09

Modalidade/Forma	Exercício:			2025
	Despesa Liquidada Anual			Total Anual: (A + B + C)
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Inexigibilidade de Licitação	R\$ 0,00	R\$ 15.774,05	R\$ 1.099.832,26	R\$ 1.115.606,31
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 1.620.450,01	R\$ 5.225.215,85	R\$ 33.029.809,49	R\$ 39.875.475,35

*Locação de imóveis no valor de R\$ 498.800,04 já somado nos serviços (Dispensa de Licitação - Outras Hipóteses)

ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Indicação do órgão de Imprensa Oficial: Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE/SC

9. CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos na Cidasc é realizada pela Supervisão de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (SCGER), responsável por promover a integridade e a boa governança na empresa, assegurando a aderência às normas e políticas, prevenindo riscos e conflito de interesses, e fortalecendo a cultura de integridade e gestão responsável em todas as áreas organizacionais.

Em relação aos riscos de integridade, SCGER concluiu em 2025 seu primeiro ciclo de atuação, consolidando-se como unidade estratégica criada para fortalecer a governança e a integridade da Cidasc, por meio da gestão de riscos, da conformidade e da promoção da ética, com atuação transversal e coordenação dos principais planos de mitigação institucional.

A capacitação técnica em temas como *Compliance*, Integridade, Gestão de Riscos, com base no modelo internacional Coso, referência em controle e governança em empresas estatais permitiu estruturar uma atuação transversal junto às demais instâncias da Cidasc, integrando o gerenciamento de riscos e conformidade às rotinas estratégicas e operacionais da organização.

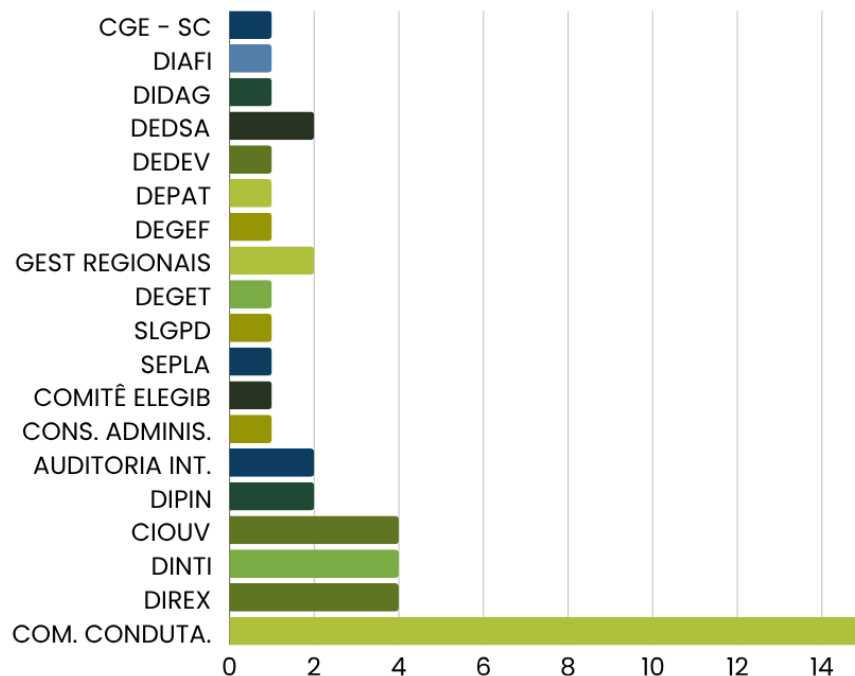


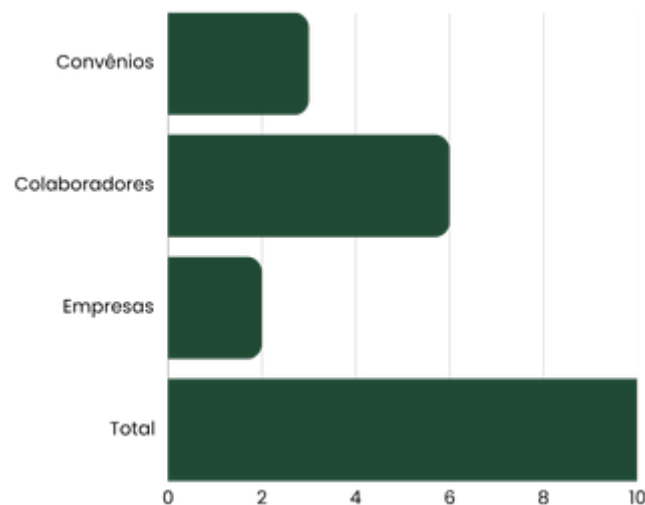
Gráfico 01. Quantidade de atividades realizadas pela SCGER em articulação com outras estruturas de governança

Quando o setor de conformidade atua de forma transversal às diversas instâncias de governança (Gráfico 01), ele transcende a função meramente normativa e passa a exercer um papel estratégico na tomada de decisões, na prevenção de riscos e na promoção da ética corporativa. Essa transversalidade assegura que princípios de integridade, transparência e responsabilidade cheguem a todos os níveis da empresa - do Conselho de Administração às áreas operacionais - fortalecendo a governança, a confiança das partes interessadas e a efetividade dos resultados institucionais.

Ainda, a SCGER assumiu a coordenação do gerenciamento dos riscos de integridade mapeados no Plano de Integridade 2023-2024, acompanhando a implementação de ações mitigadoras. Destacam-se, entre as ações implementadas, iniciativas de capacitação de gestores com a realização do II Encontro de Gestores da Cidasc, atualização do Código

de Conduta e Integridade, prevenção e gestão das situações que possam configurar conflito de interesses e do fortalecimento dos processos administrativos disciplinares, desenvolvidas em parceria com áreas internas e órgãos de controle.

A Cidasc atua na prevenção e gestão de situações que possam caracterizar a possível existência de conflito de interesse, cabendo ao Comitê de Conduta e Integridade analisar às consultas sobre o tema (Gráfico 02).



Quantitativo

Gráfico 02: Consultas recebidas pelo Comitê de Conduta e Integridade sobre a possível existência de Conflito de Interesses.

Nos termos da Lei n.º 12813/2013, considera-se conflito de interesses a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. Quando não identificados ou não gerenciados adequadamente, estes comprometem a imparcialidade das decisões a serem tomadas pelos agentes públicos e constituem fator de risco à integridade institucional, podendo evoluir para a ocorrência de fraude e corrupção.



A SCGER também é parte integrante do SC Rural 2 - Sustentabilidade e Inovação, como membro do Grupo de Trabalho “Unidade de Iniciação do Projeto - UIP”, na função de Especialista em Riscos Ambientais e Sociais, sendo responsabilidade a verificação da conformidade no cumprimento aos requisitos ambientais e sociais assumidos frente ao Banco Mundial. Especificamente aos padrões sociais estabelecidos, cabe destacar o “Programa de Prevenção e Resposta a Situações de Assédio, Abuso e Exploração Sexual”, o “Plano de Ação de Gêneros”, a “Estratégia de Atuação junto aos Povos Tradicionais”, além dos “Mecanismos de Queixa” (Ouvidoria).

10. CONTROLE INTERNO

O Controle Interno (Ciouv) atua como segunda linha de defesa, tendo como missão monitorar, orientar e prestar assistência técnica aos demais departamentos para assegurar a conformidade e a eficácia dos processos. Suas atividades concentram-se na avaliação contínua dos controles de gestão, na proposição de melhorias nas normativas e na mitigação de riscos operacionais. Como órgão consultivo, o Ciouv auxilia a alta gestão na tomada de decisões estratégicas e atua como agente central na disseminação da cultura de integridade, transparência e probidade administrativa.

Referente às atividades executadas pelo Controle Interno ao longo de 2025, destaca-se:

- Apoio à gestão por meio da elaboração de relatórios e recomendações;
- Assessoria aos departamentos da empresa na análise de casos solicitados;
- Atendimento e análise das demandas do canal de ouvidoria;
- Emissão de pareceres de admissão;
- Verificação da regularidade dos processos de desligamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI;
- Gestão das manifestações recebidas via sistema do TCE-SC;
- Apoio às ações da CGE;
- Emissão de pareceres sobre as providências administrativas implementadas;
- Pareceres de prestação de contas de convênio;
- Acompanhamento dos processos disciplinares; e
- Apoio as rotinas de controles nos demais departamentos da empresa;

Além das atividades citadas, os membros do Departamento de Controle Interno e Ouvidoria também participaram, em 2025, de atividades relacionadas à atualização do Código de Conduta e Integridade, assim como desenvolveram um trabalho junto às Pessoas com Deficiência (PcD) da empresa.

Quanto às recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício:

RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2025 OU EM ANOS ANTERIORES PENDENTES DE CONCLUSÃO

Descrição da recomendação	Setor responsável	Providências adotadas	Resultado obtido
Criação de regulamento interno para eleição dos representantes dos empregados no Conselho de Administração e Diretoria	PRESIDÊNCIA	Proposta de Regulamento elaborada e apresentada à Diretoria para deliberações;	Em análise;
Disponibilizar treinamento para membros de comissão de procedimentos disciplinares referente a apuração de casos de assédio	PRESIDÊNCIA	Realizado treinamento realizado pelo corpo técnico da Controladoria Geral do Estado - CGE/SC.	Membros de comissões mais preparados e motivados para execução dos trabalhos;

11. OUVIDORIA

O objetivo da Ouvidoria da Cidasc é desempenhar o papel de mediador entre o cidadão e a empresa. O trabalho realizado pela Ouvidoria da Cidasc se pauta pelos princípios básicos da Administração Pública, além do princípio da Proteção ao Denunciante, garantindo que não haja qualquer tipo de retaliação aos autores das demandas de Ouvidoria.

O cidadão exerce seu direito de manifestação, através do canal de Ouvidoria, podendo registrar sua solicitação, reclamação, denúncia, pedido de acesso a informação, sugestão e elogio.

A partir de 2024, passaram a ser contabilizadas as demandas provenientes de diversos canais de comunicação da companhia. Até então, apenas os registros feitos no canal oficial da Ouvidoria Geral do Estado (OGE) eram considerados. Como resultado desse novo método de contabilização, o total de atendimentos realizados pela equipe da Ouvidoria da Cidasc em 2025 alcançou 451 registros, dos quais 111 não eram de competência das Cidasc ou não possuíam as informações suficientes para averiguação.

Os atendimentos que resultaram em algum tipo de intervenção pela Cidasc foram 340 manifestações, que tiveram como origem o canal de ouvidoria:

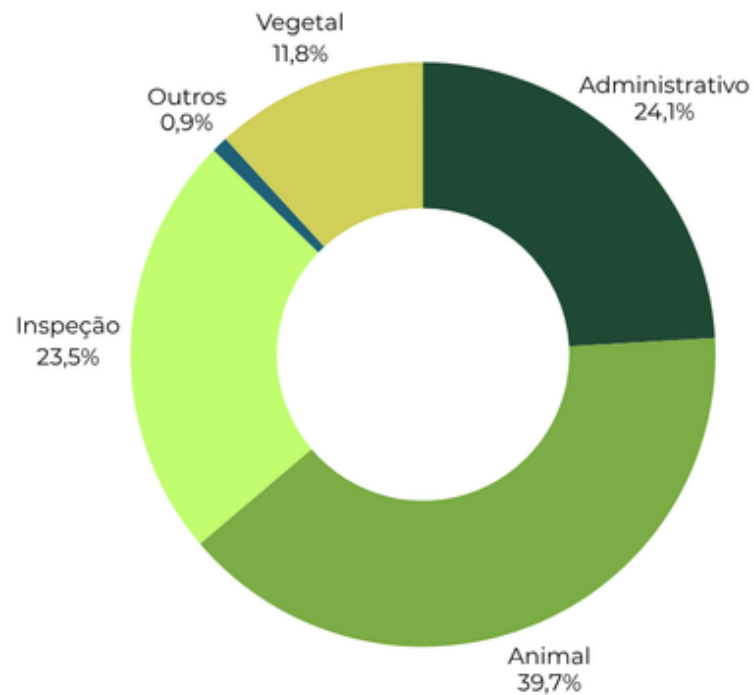
TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Demandas Externas	267
Demandas Internas	73

Dos principais tipos de manifestações externas, destacam-se demandas referentes a irregularidades na identificação e transporte de bovinos, falhas na garantia do bem-estar animal, irregularidades em agroindústrias, entre outras questões diretamente ligadas à atuação técnica da empresa. Nesse sentido, a ouvidoria representa uma importante ferramenta de vigilância sanitária, sendo mais um canal de comunicação da Cidasc para com a sociedade.

O levantamento das manifestações recebidas pela Ouvidoria revela que a área de Defesa Sanitária animal foi a mais demandada, representando 39,7% das manifestações. Em seguida, a área Administrativa respondeu por 24,1% das manifestações, enquanto a área de Inspeção concentrou 23,5% das demandas. Já a Defesa Sanitária Vegetal registrou 11,8%, e as manifestações especificadas como "Outras", que não pertencem ao escopo de atuação da Cidasc, representaram 0,9% do total.

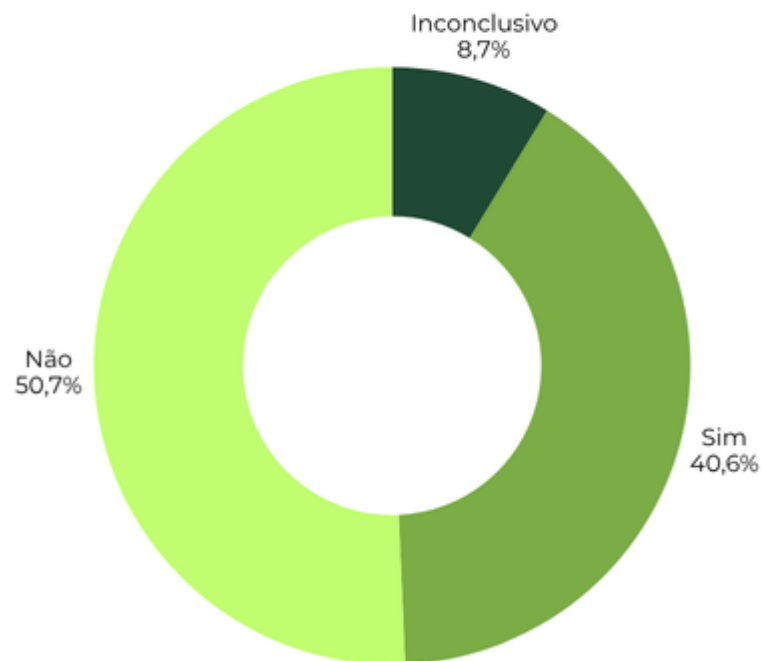
Essa distribuição evidencia a relevância da Inspeção e da Defesa Sanitária Animal dentro das demandas da Ouvidoria, reforçando a necessidade de aprimoramento contínuo dos serviços e do atendimento ao público nessas áreas.

Demandas por Área



Para uma visão detalhada das demandas de Ouvidoria, incluindo comparações com anos anteriores, recomendamos consultar o Relatório de Ouvidoria 2025, disponível no site da Cidasc.

Procedência



12. AUDITORIA INTERNA

O Relatório de Atividades da Auditoria Interna referente ao exercício de 2025 atesta a execução do cronograma previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com os seguintes destaques:

O Relatório de Atividades da Auditoria Interna referente ao exercício de 2025 atesta a execução do cronograma previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com os seguintes destaques:

Produção e Monitoramento de Relatórios

- 32 (trinta e dois) novos relatórios de auditoria emitidos;
- Monitoramento de relatórios iniciados em 2024;
- Atendimento a diversas demandas institucionais.

Prestação de Contas de Diárias

- 846 (oitocentas e quarenta e seis) prestações de contas monitoradas integralmente ao longo de 2025;
- Índice de inconsistência inferior a 1%, evidenciando elevado grau de conformidade;
- Acompanhamento sistemático do Banco de Horas.

Solicitações de Ressarcimento

- Análise detalhada em **7 (sete) Departamentos Regionais**;
- Redução expressiva das inconsistências: de 70% (2024) para 29% (2025). Resultado diretamente relacionado à implementação da Instrução Normativa Degef n.º 005/2024.

Processos Licitatórios (Exercício 2024)

- 10 (dez) processos auditados:
 - 4 considerados regulares;
 - 3 com recomendações;
 - 3 com restrições e recomendações;
- 100% das recomendações e restrições foram posteriormente solucionadas.

Controle de Frequência

- Análise de 21 (vinte e um) relatórios de Registro de Ponto emitidos em Departamentos Estaduais e Regionais;
- Todas as inconsistências sanadas, exceto 1 (um) relatório em fase final de regularização.

A não execução de algumas auditorias inicialmente programadas ocorreu em razão da equipe reduzida da Auditoria Interna, que operou durante parte do exercício com apenas um empregado, passando a contar com dois a partir de março, frente a um quadro ideal de seis profissionais, bem como em função da priorização de demandas não previstas. Por fim, registra-se que parte dos trabalhos não executados em 2025 está prevista para o Plano Anual de Atividades de 2026.

13. GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL (ESG)

O Comitê Ambiental da Cidasc (CAC) intensificou suas atividades em 2025, promovendo ações concretas de sustentabilidade. Um diagnóstico abrangente mapeou o consumo de energia, água e materiais de escritório, além da gestão de resíduos e da qualidade de vida no trabalho. Com base nesse levantamento, foram implementadas iniciativas como: distribuição de copos e canecas ecológicas a todos os colaboradores; fornecimento de copos de vidro personalizados para reuniões e eventos; aquisição de fragmentadoras de papel e balanças para mensuração e destinação correta dos resíduos. Essas ações reforçam o compromisso da Cidasc com a sustentabilidade ambiental, o uso racional dos recursos e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Resultados do diagnóstico realizado em 2025, com base em informações de 2024:

ITENS	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE	CUSTOS R\$	CONSUMO
Energia elétrica	1.829.623	Kwh	776.614,52	1.251 KW ou R\$ 530,83
Combustíveis	271.871,65	Litros	1.638.614,47	11,49 KM/L ou R\$ 6,03/L
Água (rede)	5.603	m ³	98.905,70	3,83 m ³ ou R\$ 67,60
Copo descartável 180 a 200 ml	1.054	Cento	4.785,16	72 copos ou R\$ 3,27
Papel escritório	1.730	Resmas 500 fls	31.018,90	591 folhas ou R\$ 21,20

*Para energia elétrica e água deve-se utilizar como referência as faturas pagas.

**Para veículos, consumo médio/veículo-categoria do veículo.

14. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Em 2025, a Assessoria de Comunicação da Cidasc consolidou seu papel estratégico na promoção da transparência, no fortalecimento da imagem institucional e na ampliação do diálogo com a sociedade. A atuação priorizou mídia espontânea, presença digital qualificada e relacionamento permanente com a imprensa, reforçando a credibilidade da companhia como referência em defesa agropecuária, saúde pública e Saúde Única.

1. Atuação estratégica e transparência

- Fortalecimento da imagem institucional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).
- Priorização de mídia espontânea e ocupação de espaços editoriais qualificados.
- Ampliação da visibilidade das políticas públicas e das ações em defesa agropecuária, saúde pública e Saúde Única.
- Apoio à modernização da gestão pública e ao desenvolvimento sustentável do agronegócio catarinense.

2. Presença digital

- Site institucional: 482 matérias publicadas em 2025.
- Facebook: 633 publicações; 507.487 visualizações; 11.738 interações; e 16.933 seguidores.
- Instagram: 605 publicações; alcance de 393.136 pessoas (+81%); 34.734 interações; e 32.532 seguidores.

3. Identidade visual e materiais institucionais

- Produção de 3.506 peças gráficas digitais e impressas.
- Desenvolvimento de materiais para site, redes sociais, WhatsApp, e-mail e impressos.
- Padronização da identidade visual e apoio às regionais em todo o Estado.

4. Produção audiovisual

- Produção de 56 vídeos institucionais, educativos e de valorização interna.
- Ampliação do alcance das ações e fortalecimento da imagem pública da companhia.



5. Eventos, scripts e cerimoniais

- Elaboração de roteiros e condução de solenidades oficiais.
- Garantia de organização, formalidade e alinhamento às normas e diretrizes governamentais.

6. Relacionamento com a imprensa

- Agendamento de entrevistas e divulgação de ações governamentais.
- Cobertura jornalística de eventos e projetos.
- Monitoramento contínuo da mídia e análise da percepção pública para subsidiar a gestão institucional.

15. ROL DE RESPONSÁVEIS NO ANO DE 2025

Nome:	Celles Regina de Matos			CPF:	521.836.459-20
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	48 3665-7001	Cel:		E-mail:	presi@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Dirigente máximo da unidade jurisdicionada (Titular)				
Nome do Cargo ou Função:	Presidente				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 21.963	16/02/2023	-----	-----	07/02/2023	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	Vanessa Souza Adami do Espírito Santo			CPF:	822.189.430-34
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	48 3665-7084	Cel:		E-mail:	diafi@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva				
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria Administrativo e Financeiro				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.114	02/10/2023	-----	-----	15/09/2023	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)



Nome:	Camila Bolfe	CPF:	067.693.559-14		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	48 3665-7192	Cel:		E-mail:	dipin@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva				
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Planejamento e Inovação				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.083	29/05/2023	-----	-----	18/05/2023	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	Débora Reis Trindade de Andrade	CPF:	054.191.937-79		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	48 3665-7007	Cel:		E-mail:	didag@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva				
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Defesa Agropecuária				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.351	11/09/2024	-----	-----	03/09/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)



Nome:	Bernard Borchardt	CPF:	299.549.321-00		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	48 3665-7064	Cel:		E-mail:	dinti@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva				
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Desenvolvimento Institucional				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.330	13/08/2024	-----	-----	20/06/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome:	Valdir Colatto	CPF:	162.615.577-90		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	48 9934-4679	Cel:		e-mail:	gabinete@agricultura.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Presidente do Conselho Administrativo				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 21.992	03/04/2023	DOE/SC n.º 22.464	05/03/2025	29/03/2023	16/04/2025



Nome:	Admir Edi Dalla Cort		CPF:	005.031.909-42	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	48 99983-1659	Cel:		e-mail:	gabinete@agricultura.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Presidente do Conselho Administrativo				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.681	22/01/2025	-----	-----	16/04/2025	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	Athos de Almeida Lopes Filho		CPF:	001.573.979-12	
Endereço Funcional:	Rodovia BR-282, km 342 , s/n.º - Boa Vista				
Cidade:	Campos Novos	UF:	SC	CEP:	89620-000
Telefone:	49 35410748	Cel:		e-mail:	athosfilho@epagri.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 21.992	03/04/2023	-----	-----	29/03/2023	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)



Nome:	Hilário Gottselig		CPF:	386.961.009-30	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	(48) 9934-4679	Fax:		e-mail:	hilario@agricultura.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 21.992	03/04/2023	-----	-----	29/03/2023	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	João Carlos Ecker		CPF:	400.581.159-00	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	48 9934-4679	Cel:		e-mail:	joaoecker@agricultura.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 21.992	03/04/2023	DOE/SC n.º 22.680	21/01/2026	29/03/2023	06/05/2025



Nome:	Lucas Adriano Luíz	CPF:	010.216.439-80		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001
Telefone:	48 99903-2673	Cel:		e-mail:	lucasadrianoluizme@gmail.com
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.680	21/01/2026	-----	-----	06/05/2025	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	Paulo Tarcísio Domatos de Borba	CPF:	025.098.599-35		
Endereço Funcional:	Rua João José Godinho, 305 - Morro do Posto - Guadalupe				
Cidade:	Lages	UF:	SC	CEP:	Está repetida a informação no quadro abaixo.
Telefone:	49 99388886	Cel:	49 32898901	e-mail:	pauloborba@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo (Representante dos Funcionários) do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.456	19/02/2025	-----	-----	01/07/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)



CONSELHO FISCAL

Nome:	Décio Alfredo Rockenbach			CPF:	342.518.209-91	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001	
Telefone:	48 3665-5000	Cel:		e-mail:	decioalfredorockenbach@gmail.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE/SC n.º 20.864	27/09/2018	-----	-----	27/09/2018	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)	

Nome:	Emerson Martins			CPF:	813.542.159-15	
Endereço Funcional:	BR 101 - KM 205 - Barreiros					
Cidade:	São José	UF:	SC	CEP:	88117-901	
Telefone:	48 3378-1720	Cel:		e-mail:	diretoriatecnica@ceasa.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE/SC n.º 22.449	10/02/2025	-----	-----	20/09/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)	



Nome:	Sheila Maria Martins Orbem Meirelles		CPF:	046.879.559-67	
Endereço Funcional:	Rodovia Virgílio Várzea, 529 - Monte Verde				
Cidade:	Florianópolis		UF:	SC	CEP: 88032-000
Telefone:	48 991551819	Cel:		e-mail:	sheilameirelles@ima.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho Fiscal			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.449	10/02/2025	-----	-----	23/11/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	Léo Teobaldo Kroth		CPF:	347.160.929-68	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis		UF:	SC	CEP: 88034-001
Telefone:	48 3664-4300	Cel:		e-mail:	leo@agricultura.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho Fiscal - Suplente			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 21.907	30/11/2022	-----	-----	22/08/2022	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)



Nome:	Ilana Luíza Ferreira Marujo			CPF:	053.555.629-22
Endereço Funcional:	Rua Tenente Silveira, 60 - Centro				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88010-300
Telefone:	48 3665-2171	Cel:	48 984470989	e-mail:	ilana.marujo@casacivil.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho Fiscal - Suplente			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.449	10/02/2025	-----	-----	23/11/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)

Nome:	Ricardo de Souza			CPF:	049.753.849-06
Endereço Funcional:	Rua Tenente Silveira, 60 - Centro				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88010-300
Telefone:	48 3665-2121	Cel: 48 36652121	99972072 2	e-mail:	ricardo.souza@casacivil.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal			
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho Fiscal - Suplente			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DOE/SC n.º 22.449	10/02/2025	-----	-----	23/11/2024	Permanece na função (vigente até 30/06/2026)



Nome:	Alexandre de Oliveira Dias	CPF:	029.700.019-20		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	48 3665-7082	Cel:		E-mail:	alexandredias@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)		Auditor Interno da Unidade			
Nome do Cargo ou Função:		Auditor Interno da Unidade			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria n.º 28.019	07/10/2019	-----	-----	07/10/2019	Permanece na função (tempo indeterminado)

Nome:	Conrado Medeiros dos Santos	CPF:	058.794.369-69		
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	48 3665-7090	Cel:		E-mail:	conrado@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE n.º 20/2015)		Controle Interno da Unidade			
Nome do Cargo ou Função:		Gestor Estadual Controle Interno e Ouvidoria			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria n.º 5425	19/02/2025	-----	-----	19/02/2025	Permanece na função (tempo indeterminado)